

FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

NARCÍSIO LUIZ LOSS

Impacto do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT)  
da Fibria nas associações de produtores no extremo sul da Bahia

São Mateus

2015

NARCÍSIO LUIZ LOSS

Impacto do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT)  
da Fibria nas associações de produtores no extremo sul da Bahia

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do  
Cricaré para a obtenção do título de Mestre  
Profissional em Gestão Social, Educação e  
Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Desenvolvimento  
Regional.

Orientador: Prof. Dr. José Geraldo Ferreira da  
Silva

São Mateus

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus - ES

L881i

LOSS, Narcísio Luiz.

Impacto do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) da Fibria nas associações de produtores no extremo sul da Bahia. / Narcísio Luiz Loss – São Mateus - ES, 2015.

99f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2015.

Orientação: Prof. Dr. José Geraldo Ferreira da Silva.

1. *Stakeholders*. 2. Políticas públicas. 3. Desenvolvimento local – extremo sul da Bahia. 4. Fibria – PDRT. I. Título.

CDD: 353.5

**NARCISIO LUIZ LOSS**

**IMPACTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
TERRITORIAL (PDRT) DA FIBRIA NAS ASSOCIAÇÕES DE  
PRODUTORES NO EXTREMO SUL DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em, 28 de Novembro de 2015.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

**Prof. Dr. JOSÉ GERALDO FERREIRA DA SILVA**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)  
Orientador



---

**Prof. Dr. MARCUS ANTONIUS DA COSTA NUNES**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



---

**Profª. Drª. LILIAN PITTOL FIRME DE OLIVEIRA**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



---

**Profª. Drª. JOSETE PERTEL**  
Faculdade Multivix São Mateus

## AGRADECIMENTOS

Ao nosso Deus, pela fé que me mantém vivo.

(...) Eu sou tua ovelha, Senhor. Não permita que eu me perca, que eu me desvie do teu rebanho. Mas se eu me perder, eu te peço, senhor, vem me encontrar. Amém. (Pe. Marcelo Rossi).

Ao meu pai (*In Memoriam*), minha mãe e meu irmão que mesmo distantes me apoiaram e entenderam a minha ausência.

À minha família, em especial minha esposa e meus dois filhos, pelo apoio, paciência nos momentos de ansiedade e estresse. E por entenderem a minha ausência durante o período dedicado aos estudos.

A empresa Fibria pela oportunidade de registrar momentos de sua trajetória em participar no desenvolvimento de projetos com foco na sustentabilidade.

Aos colegas de trabalho da empresa e equipe de consultores, parceiros, em especial meu coordenador, pelo incentivo e oportunidade, compartilhando momentos ímpares de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

Aos amigos que, de alguma maneira contribuíram para a finalização da minha dissertação.

Ao meu orientador por sua competência e paciência durante toda nossa jornada juntos, desde a estruturação à conclusão dessa tese, ajustando minhas ideias e oportunizando uma visão maior de conhecimento.

Ao quadro de professores e membros da Instituição Vale do Cricaré, pela competência em disponibilizar um projeto com âmbito que proporciona o conhecimento na área do desenvolvimento regional.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

**"A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original".**

Albert Einstein

Renda-se como eu me rendi. Mergulhe no que você não conhece como eu mergulhei. Pergunte, sem querer, a resposta, como estou perguntando. Não se preocupe em 'entender'. Viver ultrapassa todo o entendimento.

**Clarice Lispector**

## RESUMO

LOSS, N. L. **Impacto do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) da Fibria nas associações de produtores no extremo sul da Bahia.** 2015. 99 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Desenvolvimento Regional e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2015.

O mundo contemporâneo apresenta um cenário cada vez mais competitivo em todos os setores, principalmente no setor industrial. As empresas precisam estar em sintonia com o desenvolvimento socioeconômico e com uma preocupação voltada para o relacionamento dos *stakeholders*. A expansão do plantio de eucalipto no extremo sul da Bahia contribui para um isolamento de comunidades rurais limitando as possibilidades de crescimento econômico, provocando impactos sociais. Partindo deste pressuposto, surge a ideia de desenvolver um programa que contribuísse com o desenvolvimento do território, a fim de mitigar os impactos causados. O presente estudo tem como objetivo avaliar os impactos do programa PDRT (Programa de Desenvolvimento Rural Territorial) da empresa FIBRIA nos municípios de Alcobaça, Nova Viçosa e Caravelas, localizadas no extremo sul da Bahia, baseada na comparação com associações de produtores rurais da mesma região, que não são atendidas pelo programa PDRT. A problematização está voltada para a identificação dos fatores que contribuem para maximizar os resultados dos impactos obtidos. A metodologia foi baseada em pesquisa de campo e exploratória, de natureza qualitativa e quantitativa, em que foram analisados os resultados alcançados pelo programa e o nível de satisfação das associações no período de 2012 a 2014. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental, e aplicação de questionários direcionados aos associados e profissionais que estão inseridos no programa e aplicado também às associações que não são atendidas pelo programa, para fim de comparação. Por fim, foram analisados os dados coletados, no intuito de apresentar propostas que contribuam para melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas, bem como avaliar a permanência do PDRT na região em estudo. De acordo aos resultados obtidos, é perceptível a diferença socioeconômica entre as associações que fazem parte do programa, em relação àquelas que ainda não participam dele. Além de ser possível evidenciar a evolução na renda, escolaridade e produção agrícola. Ressalta-se que muitas demandas das associações que participam do PDRT precisam ser atendidas, principalmente nas áreas de transporte, educação e saúde, em especial saneamento básico.

Palavras-chave: *Stakeholders*. Políticas públicas. Desenvolvimento.

## ABSTRACT

LOSS, N. L. **Impact of Territorial Rural Development Program (PDRT) Fibria producer associations at the southern end of the Bahia.** 2015. 99 f. Dissertation (Masters in Social Management, Regional Development and Education) - Faculty Valley Cricaré, Matthew, 2015.

The contemporary world has an increasingly competitive landscape in all sectors, especially the industrial sector. Companies need to be in tune with the social and economic development and with a focused concern for the relationship of stakeholders. The expansion of eucalyptus plantations in the extreme south of Bahia contributes to the isolation of rural communities by limiting the possibilities for economic growth, causing social impacts. Under this assumption arises the idea of developing a program that would contribute to the development of the territory in order to mitigate these impacts. This study aims to evaluate the impacts of PDRT program (Territorial Rural Development Programme) of Fibria company in the municipalities of Alcobaça, New Viçosa and Caravelas, located in the extreme south of Bahia, based on comparison with farmers' associations in the same region, which are not answered by the PDRT program. The questioning is focused on identifying the factors that contribute to maximize the results obtained from impact. The methodology was based on field research, exploratory, qualitative and quantitative, which analyzed the results achieved by the program and the level of satisfaction of the associations in the period 2012 to 2014. To do so, a documentary research was carried out, and questionnaires directed to members and professionals who are entered into the program and also applied to associations that are not served by the program, for purposes of comparison. Finally, the collected data were analyzed in order to present proposals that contribute to improving the quality of life of the families, and to assess the permanence of PDRT in the region under study. According to the results, the socioeconomic difference is noticeable among the associations that are part of the program, for those not yet party to it. In addition to being possible to show progress in income, education and agricultural production. It is noteworthy that many demands of the associations participating in the PDRT need to be met, especially in the areas of transport, education and health, especially sanitation.

Keywords: *Stakeholders*, Public policies, Development.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Expansão da área com eucalipto no Brasil e na região do Extremo Sul da Bahia (ESB).....	33
Tabela 2 - Diferenças básicas entre Associação e Cooperativa .....	42
Tabela 3 - Premissas consideradas pelo PDRT utilizado pela Fibria .....	49
Tabela 4 - Perfil socioeconômico das associações assistidas e não assistidas - 2012 a 2014. ....	54
Tabela 5 - Classificação das demandas prioritárias .....	54
Tabela 6 - Nível de maturidade das associações assistidas no período de 2012 a 2014. ....	55
Tabela 7 - Identificação do tamanho da amostra em relação à população e o erro amostral.....	56
Tabela 8 - Universo populacional da pesquisa.....	57

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização dos municípios de Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa - BA. .....	18
Figura 2 - Faixas de medidas do Desenvolvimento Humano Municipal (PNUD).....	30
Figura 3 - Fluxograma da Metodologia de Engajamento Comunitário adotado no PDRT da Fibria.....	50
Figura 4 - Modelo de Plano de Ação do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial .....	52
Figura 5 - Faixa etária das associações assistidas 2012, 2014 e não assistidas.....	59
Figura 6 - Distribuição de gênero nas associações assistidas em 2012, 2014 e não assistidas.....	60
Figura 7 - Estado Civil dos entrevistados nas associações assistidas em 2012, 2014 e não assistidas.....	61
Figura 8 - Renda familiar declarada dos associados das associações assistidas em 2012, 2014 e não assistidas.....	62
Figura 9 - Grau de escolaridade dos associados das associações assistidas em 2012, 2014 e não assistidas.....	63
Figura 10 - Ocupação declarada dos associados das associações assistidas pelo PDRT em 2012 e nas associações não assistidas.....	65
Figura 11 - Distribuição da fonte de renda nas associações assistidas em 2012 e 2014 e as não assistidas .....	65
Figura 12 - Levantamento das demandas prioritárias nas associações assistidas nos anos de 2012 a 2014.....	67
Figura 13 - Nível de acesso a DAP das associações assistidas em 2012 .....	69
Figura 14 - Comparação do nível de maturidade das associações assistidas nos anos de 2012 a 2014.....	71
Figura 15 - Benefícios percebidos pelas associações assistidas e não assistidas em 2014 .....	74

## LISTA DE SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAE	Conselhos de Alimentação Escolar
CAR	Companhia de Desenvolvimento de Ação Regional
CAVI	Cooperativa dos Agricultores do Vale do Itaitinga
CGU	Controladoria Geral da União
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
ESB	Extremo Sul da Bahia
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDRT	Programa de Desenvolvimento Rural Territorial
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Família
PROVAPE	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
ReDes	Redes para o Desenvolvimento Sustentável
RL	Reserva Legal
TCU	Tribunal de Contas da União

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA .....	16
1.2 OBJETIVOS .....	22
<b>1.2.1 Objetivo geral</b> .....	<b>22</b>
<b>1.2.2 Objetivos específicos</b> .....	<b>22</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>23</b>
2.1 A COMUNIDADE COMO ESTRUTURA SÓCIOESPACIAL.....	23
2.2 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	26
2.3 O PROCESSO DA EXPANSÃO DO EUCALIPTO E A ESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA.....	31
2.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: PRONAF, PAA, PNAE .....	34
<b>2.4.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF</b> .....	<b>35</b>
<b>2.4.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA</b> .....	<b>36</b>
<b>2.4.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE</b> .....	<b>38</b>
2.5 REDES DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES .....	40
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>44</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA .....	44
3.2 DESCRIÇÃO DO PDRT (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL TERRITORIAL) .....	47
3.3 LEVANTAMENTO DOS DADOS E PROCEDIMENTOS DAS ANÁLISES.....	53
<b>4 RESULTADOS DAS ANÁLISES DOS DADOS</b> .....	<b>58</b>
4.1 PERFIL SÓCIOECONÔMICO - A EVOLUÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES .....	58
4.2 DEMANDAS EQUACIONADAS PELAS ASSOCIAÇÕES ATENDIDAS PELO PDRT - NO PERÍODO DE 2012 A 2014 .....	66
4.3 EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE MATURIDADE .....	69
4.4 BENEFÍCIOS PERCEBIDOS PELAS ASSOCIAÇÕES ASSISTIDAS E NÃO ASSISTIDAS EM 2014.....	73
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES</b> .....	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>80</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>88</b>

ANEXO A - Evolução espacial dos arranjos produtivos, restauração ambiental após a implantação do PDRT na comunidade de Ribeirão - Alcobaça / BA. ....	88
ANEXO B - Linha da vida (PDRT).....	90
ANEXO C - Demandas prioritárias solicitadas pelas associações ano 2012 e 2014	92
ANEXO D - Questionário do Nível de Maturidade.....	93
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>97</b>
APÊNDICE A - Questionário Sócio/Econômico.....	97
APÊNDICE B - Questionário de Avaliação Qualitativa.....	99

## 1 INTRODUÇÃO

No mercado globalizado as questões políticas, econômicas, culturais, ambientais e sociais estão cada vez mais interligadas e com maior impacto, inclusive sob os negócios. As novas forças desse mercado, principalmente a atuação dos *stakeholders*<sup>1</sup>, vêm pressionando as empresas a adotarem um comportamento ético na sociedade. Mesmo que sejam economicamente sustentáveis, as empresas que se apresentam irresponsáveis sob o ponto de vista social ou ambiental estão fadadas ao fracasso. Segundo Félix (2003), as empresas passam a perceber que são responsáveis, em partes, pela injustiça social e situação de exclusão. Conforme destacam Ashley, Coutinho e Tomei (2000, p.1):

O conceito de Responsabilidade Social vem se consolidando como um conceito intrinsecamente interdisciplinar, multidimensional e associado a uma abordagem sistêmica, focada nas relações entre *stakeholders* associados direta ou indiretamente ao negócio da empresa.

Dentro desse contexto, a iniciativa privada compreende o seu conceito original, levando em consideração não somente os acionistas e proprietários, mas também a sociedade na busca dos resultados. Em uma gestão socialmente responsável devem ser levados em conta três fatores fundamentais: o planeta (preocupações ambientais), as pessoas (preocupações sociais) e a rentabilidade (preocupações econômicas). Ao compartilhar de forma equilibrada essas dimensões, as empresas promovem a criação de uma boa reputação e aumentam a relação de confiança e fidelização com suas partes interessadas.

O estudo de caso em questão retrata a expansão da plantação de eucalipto na região do extremo sul baiano, contribuindo para um isolamento de comunidades rurais localizadas nas cidades de Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa, limitando assim as possibilidades de crescimento econômico, provocando impactos sociais. O processo da expansão do eucalipto na região, por se tratar de processo de compra de terras desmatadas seguido de plantios, provocou uma concentração fundiária, gerando uma diminuição no número de empregados no campo (permanentes e

---

<sup>1</sup> Stakeholders - parte interessada ou interveniente.

temporários) e do trabalho familiar, transformando-se em um processo de êxodo rural e uma reorganização socioeconômica. Os principais temas do desenvolvimento sustentável são a agricultura e utilização dos recursos, pois geram grandes quantidades de empregos, têm valor econômico e impacto extenso e direto sobre os recursos tidos como renováveis e também sobre a natureza, o que envolve as relações sociais.

Mesmo sendo expressiva a contribuição dos pequenos produtores rurais familiares para o agronegócio, a agricultura familiar enfrenta dificuldades de inserção no mercado, devido ao tamanho do negócio. Surge, assim, a abordagem de desenvolvimento local sustentável, que enfatiza a dimensão territorial do desenvolvimento, considerando as pessoas e as instituições envolvidas em certos segmentos de reprodução social, como atores sociais. Propõe que o desenvolvimento atue no espaço rural, delimitado por um território. Considera que as comunidades devem explorar características e potencialidades próprias, na busca de especialização de atividades que lhes tragam vantagens comparativas de natureza econômica, social, política e tecnológica, aumentando a renda e as formas de riqueza, respeitando a preservação dos recursos naturais renováveis.

Assim, a instalação de modelos de progresso, baseados em planos de gestão sustentável é a melhor maneira de aproveitamento de recursos oferecidos pela natureza, o que pode contribuir para a evolução socioeconômica de regiões que tenham vocação florestal. Portanto, o conceito de responsabilidade social está diretamente ligado no comportamento organizacional e nas relações que asseguram junto aos seus *stakeholders*, buscando alinhar os interesses desses públicos dentro de um sistema de gestão. Nesse sentido, as partes interessadas passam a adquirir um caráter ativo na decisão das empresas, tornando-se participantes do processo na criação de valor, que seja admirado por todos.

O cenário atual aponta para a necessidade das empresas repensarem as bases nas quais estabelecem relações com suas partes interessadas, principalmente com as comunidades diretamente afetadas por suas operações. Não se trata apenas da ação unilateral de informar os públicos que afetam de alguma maneira o negócio ou

são afetados por ele, mas sim de construir vínculos de confiança e cooperação entre as empresas e seus *stakeholders*. Os fatores responsáveis pela mudança de paradigma são múltiplos e estão situados tanto no contexto nacional como no internacional, abrangendo variáveis econômicas, culturais, políticas, sociais e ambientais.

Assim, as empresas têm, ao longo dos anos, implementado projetos denominados sociais, apresentados como parte de seu esforço para alcançar o desenvolvimento sustentável, os quais têm sido amplamente divulgados. É dentro desse contexto que se coloca o problema desta pesquisa. Nesse sentido:

Os negócios estão sendo chamados para assumir responsabilidades amplas para a sociedade como nunca antes e para servir a ampla variação de valores humanos (qualidade de vida além de quantidade de produtos e serviços). Os negócios existem para servir a sociedade; seu futuro dependerá da qualidade da gestão em responder as mudanças de expectativas do público (CARROL, 1979, p. 282).

Nas últimas décadas do século XX, a responsabilidade social corporativa aumentou sua presença no mundo dos negócios de forma irreversível. Esse fenômeno se caracteriza pela união da visão instrumental com uma proposta de retomada ética, tanto no âmbito interno das empresas, como no seu relacionamento com suas partes interessadas, principalmente a partir dos anos 80, quando as relações entre as empresas e sociedade se modificaram, e as implicações dessas relações para os negócios tomaram proporções cada vez maiores.

Os principais cuidados a serem observados se referem, por um lado, à atenção das empresas para com os impactos potenciais (atuação preventiva) de seus planos, metas e estratégias nas comunidades em que atuam e na sociedade em geral; e, por outro, ao envolvimento das empresas com uma agenda de ação local, estimulando um vínculo pragmático dos negócios com o desenvolvimento sustentável no plano internacional.

Pensar os negócios em um contexto mais amplo, de compromissos globais, e promover a interação das empresas com organizações da sociedade civil que defendem causas relevantes, representa uma oportunidade excepcional de aprendizagem para todos os envolvidos, fortalece a democracia e



estabelece condições melhores para a promoção de uma cultura de paz. (INSTITUTO ETHOS, 2004, p. 5).

Nessa perspectiva, a incorporação do conceito da sustentabilidade passa a ser um instrumento essencial para um novo posicionamento estratégico, visando responder às grandes tendências sociais e ambientais que estão remodelando os mercados de forma contínua. Partindo desse pressuposto, as agendas da responsabilidade social corporativa e do desenvolvimento econômico estão começando a convergir para as grandes questões humanitárias, como inclusão social, diversidade e diminuição da pobreza, contribuindo para a construção de um futuro possível, palpável, capaz de recuperar as esperanças da população e de mobilizar suas energias para a luta por direitos no plano local e regional. O empoderamento<sup>2</sup> é um meio e um fim para a transformação das relações de poder existentes e para superar o Estado de pobreza. Que também necessita constantemente ser renovado para garantir que a correlação de forças não volte a reproduzir as relações de dominação que caracterizam a pobreza.

### 1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

A produção da indústria florestal brasileira é baseada em grande escala nas plantações florestais de rápido crescimento, principalmente de eucaliptos. No Brasil, caracterizando-se pela concentração espacial, técnica e econômica, sendo considerada uma atividade indutora da desconcentração industrial, geradora de substanciais divisas para o país e de significativa receita tributária. Por outro lado, o modelo econômico adotado pelo setor tem sido alvo de muitas críticas de grupos sociais organizados, movimentos sociais ou até mesmo instituições públicas, que percebem nele uma fonte causadora de exclusão econômica e social e de inúmeros conflitos sociopolíticos nas comunidades onde concentram suas atividades florestais. A empresa deve ser vista “como uma rede de relacionamentos entre *stakeholders* associados ao negócio, contextualizada no tempo e no espaço” (ASHLEY, 2005, p. 110).

---

<sup>2</sup> Empoderamento - capacidade do indivíduo realizar, por si mesmo, as mudanças necessárias para evoluir e se fortalecer (Paulo Freire).

A Fibria, empresa de celulose, com uma filial instalada na região do extremo Sul da Bahia, alimentada por um mosaico de propriedades composto por áreas próprias de plantio de eucalipto, áreas de preservação como APPs (Área de Preservação Permanente) e RL (Reserva Legal) e as propriedades de produtores autônomos de madeira com os quais a empresa mantém contratos de longo prazo para o fornecimento de matéria-prima para a celulose. A empresa se relaciona, portanto, com diversas comunidades urbanas e rurais, de realidades distintas, que são afetadas pela atividade florestal.

Provavelmente, o primeiro aspecto da vida rural que atrai a atenção do observador, é o relacionamento espacial; os padrões de organização da vizinhança e da comunidade nas relações agrícolas diferem-se quase radicalmente daqueles encontrados em localidades urbanas (BERTRAND, 1973, p. 97).

Grande parte dos plantios florestais da empresa nessa região foi estabelecida em 1987. O modelo de ocupação fundiária implantada pela indústria de celulose no extremo sul da Bahia privilegiou os aspectos operacionais voltados, sobretudo para a otimização de custos. Formaram-se, porém, extensos blocos de plantios florestais, acarretando grande concentração fundiária. Esse modelo de ocupação contribuiu para o isolamento de comunidades rurais, algumas delas tradicionais como índios, quilombolas, pescadores e agricultores familiares.

Como essas comunidades têm o acesso a terra como base de geração de capital econômico, a concentração fundiária limitou suas possibilidades de diversificação de atividades econômicas regionais, restringindo a implantação de alternativas de geração de trabalho e renda. Por exemplo, a evolução espacial dos arranjos produtivos e a restauração ambiental na comunidade de Ribeirão - Alcobaça / BA. (ANEXO A). Esse cenário, associado à atividade criminosa de alguns grupos e indivíduos, potencializou um dos principais impactos ao negócio da empresa, o furto de madeira para a produção ilegal de carvão vegetal. Dentre os impactos sociais apontados destacam-se a destruição do modo de vida de comunidades locais, causando êxodo rural e a conseqüente dispersão de muitas comunidades, a perda da identidade e riqueza cultural, o processo de isolamento das comunidades rurais que estão circundadas pelos plantios e a violação dos direitos de povos indígenas, de remanescentes de quilombolas e de outras minorias.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), quanto à região do extremo sul da Bahia, verifica-se na Figura 1, um contingente populacional nos municípios de estudo: Caravelas, Alcobaça e Nova Viçosa. Caravelas, município com uma área territorial de 2.393,503 Km<sup>2</sup>, população urbana de 11.317 (53%) e rural de 10.120 (47%) habitantes no ano de 2010 e com uma estimativa 22.442 habitantes para o ano de 2014. Sua densidade demográfica é de 8,95 hab/km<sup>2</sup>. O município de Alcobaça possui uma área territorial de 1.481,253 km<sup>2</sup>, com uma população urbana de 11.112 (52%) e rural de 10.207 (48%), habitantes no ano de 2010 e com uma estimativa de 23.231 habitantes para o ano de 2014. Sua densidade demográfica é de 14,36 hab/km. E o município de Nova Viçosa possui uma área territorial de 1.322,848 km<sup>2</sup>, população urbana de 33.518 (87%) e rural de 5.019 (13%) habitantes no ano de 2010 e com uma estimativa de 42.754 habitantes para o ano de 2014, com a densidade demográfica de 29,15 hab/km<sup>2</sup>.



Figura 1 - Localização dos municípios de Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa - BA.  
Fonte: IBGE (2010)

Baseado nos dados demográficos acima, sobre a população rural e urbana dos dois últimos censos, fica evidente o significativo crescimento populacional acompanhado por um elevado índice de urbanização regional e esvaziamento do campo, com um expressivo percentual da população rural se dirigindo para as áreas urbanas em busca de oportunidades de trabalho.

Um dos grandes desafios da empresa estava em superar o conflito com as famílias que tinham na atividade carvoeira sua principal opção de trabalho e renda. A utilização de madeira para produção de energia e calor é tradicional, no entanto, a produção de carvão vegetal orientada para o mercado instalou-se na região a partir da década de 70. Nesse período, o acelerado processo de desmatamento da Mata Atlântica acabou estimulando a organização da produção de carvão comercial, já que disponibilizou grande quantidade de madeira para a atividade. No decorrer desse 40 anos, a atividade carvoeira consolidou um modelo de produção baseado na unidade familiar, envolvendo trabalho infantil e processos insalubres, indiferente às mudanças de paisagem regional relacionada ao modelo de crescimento econômico que substituiu parte das áreas de florestas nativas por florestas plantadas (FIBRIA, 2011).

Os impactos prejudiciais mais recorrentes estão relacionados às mudanças na estrutura fundiária local, utilização intensa da malha viária, alteração de disponibilidade e qualidade da água, comprometimento da segurança alimentar e emissão de odor, ruído e fumaça. A Companhia busca mitigar ou compensar esses efeitos prejudiciais por meio de práticas de manejo e de investimentos socioambientais e ações contínuas de controle nas regiões mais afetadas. A estratégia de diálogo com as comunidades, apoiada por projetos de inclusão social, vem reduzindo progressivamente a tensão entre a empresa e as comunidades, propiciando um ambiente de negociação entre as partes.

A aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável evidencia a necessidade de avaliar os impactos da execução de projetos industriais e de seus papéis sociais como elementos importantes na implementação de políticas públicas de inclusão social e de proteção e uso racional dos recursos naturais. O elemento essencial dessa avaliação está na potencialização dos impactos positivos e na minimização dos negativos e seus controles no momento das decisões econômicas.

A responsabilidade social corporativa está além do cumprimento da lei e de resultantes de acordos e/ou negociações trabalhistas, conforme a definição clássica proposta por Carrol (1979), que incorpora as dimensões: econômica, legal, ética e

discricionária (voluntária). Segundo Carrol (1979), existe uma interdependência entre essas dimensões e a linha de divisão é muito tênue.

A dimensão econômica refere-se à atribuição da companhia em ser produtiva e gerar lucro. A ética está relacionada às expectativas da sociedade quanto ao comportamento adequado das empresas junto a seus *stakeholders*, considerando o contexto em que está inserida. A dimensão voluntária pode ser considerada como uma expansão da dimensão ética e diz respeito à atuação da empresa no processo de melhoria do ambiente social.

Visando minimizar os impactos sociais de seus empreendimentos, a Empresa Fibria tem, ao longo dos anos, buscado participar do desenvolvimento local através do financiamento de programas e de investimento social. A empresa ainda assume como desafio qualificar seu relacionamento com estas comunidades através da definição de alguns canais de diálogo. Assim, desde sua constituição, setembro de 2009, a empresa investe no desenvolvimento de ferramentas<sup>3</sup> e processos de engajamento<sup>4</sup>.

A principal ação de engajamento com as comunidades rurais é o Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT), que começou a ser implantado em 2011, na região do extremo sul da Bahia. Realizado em parceria com órgãos públicos e baseados numa rede de compartilhamento de informações e recursos das próprias comunidades, o PDRT envolve a garantia de assistência técnica orientada para a gestão das associações de base, produção, valorizando as vocações e conhecimentos locais instaladas e na prospecção de canais de comercialização. Considerando desde os programas federais de fortalecimento da agricultura familiar até canais mais exigentes como supermercados e cozinhas industriais. Buscando ainda a formação de potenciais lideranças, o desenvolvimento de capital social e o resgate da cidadania e da autoestima.

---

<sup>3</sup>As Ferramentas são instrumentos como: diálogo operacional, diálogo construtivo, agenda presencial, utilizados para a execução das ações propostas pelo Programa PDRT.

<sup>4</sup> Engajamento: Empenhar, efetuar suas atividades com dedicação.

A inovação do programa é a construção de um processo de diálogo com metodologias e ferramentas participativas, estimulando o aprendizado, profissionalização dos produtores locais, a geração de trabalho e renda, o uso racional da terra com o apoio de consultores especializados, a educação ambiental dos membros das comunidades e, acima de tudo, a promoção de um canal de diálogo orientado para a busca de soluções comuns. À medida que acontece a integração dessas comunidades agrícolas ao negócio florestal, a empresa procura eliminar ou mitigar os impactos da atividade na busca de assegurar a legitimidade social de seu negócio.

Partindo desses pressupostos e tendo em vista conhecer de que forma se dá o processo de organização dos grupos, assim como as suas transformações no tempo e no espaço, formando comunidades agrícolas com aspectos particulares e repensando nos aspectos que facilitam o fortalecimento e o empoderamento para que aconteça a organização das associações é que se propõe esta investigação. Para tanto os municípios envolvidos são: Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa localizados no extremo sul da Bahia.

O trabalho de responsabilidade social desenvolvido pela empresa Fibria, através da implantação do PDRT, tem o propósito de desenvolver ações que contribuam efetivamente para o fortalecimento das associações de base, nascidas dentro das comunidades diretamente afetadas. Portanto, pretende-se levantar os resultados alcançados pelo programa, e compreender se estão realmente contribuindo para o fortalecimento e empoderamento das associações comunitárias agrícolas promovendo a sustentabilidade local e regional? E estão agregando valor e reduzindo riscos para a empresa, ou são apenas projetos de cunho assistencialista e filantrópico? E por fim, o programa prevê a capacidade de transformação multiplicadora e de inserção socioeconômica das comunidades facilitando acessibilidade às políticas públicas? Esses são alguns questionamentos importantes para direcionar a linha de pesquisa.

Observa-se que a partir dos indicadores construídos internamente na companhia, estão acontecendo avanços significativos na linha da vida<sup>5</sup> das associações assistidas pelo PDRT. Porém, faz-se necessário verificar o nível de satisfação das associações assistidas pelo programa, partindo do princípio de que a responsabilidade social da empresa tem o propósito de fortalecer e equacionar suas demandas, é o que se propõe através desta pesquisa.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo geral

Diagnosticar os impactos do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial, nas associações de produtores rurais, dos municípios de Alcobaça, Nova Viçosa e Caravelas, localizados no extremo sul da Bahia, no período de 2012 a 2014 da Empresa Fibria.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Apresentar as mudanças do perfil socioeconômico das famílias assistidas no período de 2012 a 2014, comparando com o perfil das não assistidas no ano de 2014.
- Estudar as demandas prioritárias apresentadas pelas famílias assistidas e equacionadas no período de 2012 a 2014.
- Apresentar as alterações no nível de maturidade das associações assistidas e equacionadas no período de 2012 a 2014.
- Pontuar os benefícios que são percebidos pelos associados assistidos e a percepção dos não assistidos quanto aos benefícios que podem ser alcançados com a participação no PDRT.

---

<sup>5</sup> Linha da vida – é um conjunto de ferramentas que orienta o processo para o fortalecimento das associações (ANEXO B).

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 A COMUNIDADE COMO ESTRUTURA SÓCIOESPACIAL

Comunidade é um local de convívio, no qual grupos humanos coexistem e desenvolvem processos e relações sociais, que geram o sentido de se viver em comum e de ser parte do todo constituído, que por todos deve ser zelado. A convivência de um grupo acontece em um determinado espaço e de acordo com as suas necessidades e ao mesmo tempo sofre adaptações e transformações. Isso ocorre desde a escolha da localização de suas residências e das terras onde ocorrerá o cultivo, de acordo com sua fertilidade, até a existência de facilidades, como a proximidade a vias de circulação e fontes de água, entre outros recursos naturais.

Baumann (2003) procura analisar o que está se passando atualmente com a noção de comunidade. É possível perceber uma série de conceitos em jogo no texto do autor: individualismo, liberdade, transitoriedade, cosmopolitismo dos bem-sucedidos, comunidade estética e segurança. O autor também supõe que haja uma oposição entre liberdade e comunidade. Pode-se entender que existe uma obrigatoriedade entre os membros de uma mesma sociedade em dividir os bens, independente do grau de importância. Indivíduos egoístas não teriam nada a ganhar se tornando membros, e muito que perder se não forem membros.

É possível notar, que para o autor, a vida individual está envolta em riscos, e querer viver em liberdade deve significar viver sem segurança. Já a comunidade, o lugar da segurança remete ao sentido mais tradicional que se conhece, em que os laços por proximidade local, parentesco, solidariedade de vizinhanças seriam a base dos relacionamentos consistentes.

A convivência em comunidade tem uma forte influência dos aspectos culturais, pois estes funcionam como diretrizes para o grupo, as quais são impostas no espaço da comunidade, transformando, gerando particularidades e desenhando os contornos do local de vivência.



Segundo Monaghan, Sabater e Weiser (2003)<sup>6</sup> apud Gomes (2005a, p.73) os seguintes critérios podem ser considerados na sua identificação.

- Proximidade geográfica: comunidades próximas às operações, fábricas, ou outras áreas afetadas pelas operações.
- Nível de dependência (financeira, empregos, administrativa, base de clientes e outras) com base na participação de mercado ou criada pelas relações com os fornecedores, à geração de empregos e os programas de investimento social.
- Acessibilidade e disposição para engajamento com a empresa.
- Potencial para mercado futuro e nível de poder aquisitivo.
- Responsabilidade legal da empresa.
- Impactos diretos<sup>7</sup>, indiretos ou induzidos.
- Nível de influência sobre a empresa.
- Grupos historicamente marginalizados na sociedade.

A convivência em comunidade constitui uma exigência histórica para melhorar a qualidade da existência humana, ou seja, para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas resulte em oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

De acordo com Frantz (2002, p. 1):

[...] associativismo, com o sentido de cooperação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a cooperação é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida.

O cooperativismo é resultado de séculos de evolução do homem, no que diz respeito à arte de identificar formas de sobrevivência ou até mesmo, de viver melhor diante das dificuldades de cada momento que a história apresenta. A cooperação sempre existiu nas sociedades humanas desde eras mais remotas, resultante da necessidade de sobrevivência e, sobretudo, como agrupamento de pessoas que, na

---

<sup>6</sup> MONAGHAN, P.; SABATER, C.; WEISER, J. **Business and economic development**: the impact of corporate responsibility standards and practices. Disponível em: <[www.accaglobal.com/pdfs/environment/newsletter/060303\\_bus\\_ed.pdf](http://www.accaglobal.com/pdfs/environment/newsletter/060303_bus_ed.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2003.

<sup>7</sup> Impactos: - Direto: resultante de uma simples relação de causa e efeito; Indireto: – resultante de uma reação secundária. Induzido: – resultante da prática de persuasão.

reciprocidade do trabalho, no conjunto de suas ideias e no esforço continuado de suas ações, realizavam seus propósitos e seus objetivos.

Segundo o que conceitua Wilson (1999), as associações de produtores que se uniram para aumentar a possibilidade de maiores ganhos do que se estivessem sozinhos, são chamados de cooperativas agrícolas. Para Knutson (1966) uma cooperativa visa o máximo de retorno para os seus associados é o que a diferencia de uma empresa que busca maior lucro para si e menor retorno para os seus cooperadores. Podem ser classificadas de diversas formas, conforme diz Cook (1995) pode ser pelo tamanho, pela parte financeira, pelo organizacional, pela área geográfica de abrangência, pelo nível das atividades realizadas, pelo âmbito de suas ações etc.

Atualmente no Brasil, encontram-se cooperativas agrícolas em diferentes situações: algumas, em situação econômica privilegiada; outras ainda buscando formas de sobrevivência e adequação à realidade e as demais, impossibilitadas de operar por causa de dificuldades financeiras e em processo de auto liquidação. Pode-se afirmar que algumas das causas estão na capacidade de adequação às mudanças, às novas tecnologias, na instabilidade econômica das últimas décadas e os decorrentes planos que se fizeram presentes por um longo período na economia brasileira.

No ponto de vista territorial, quando há uma organização de hierarquias, a comunidade e/ou cooperativa tem tendência ao crescimento, à busca por direitos e também a cobrança pelos deveres dos associados. A eleição de diretoria também é de extrema importância para o desenvolvimento local, pois descentraliza o poder público e passa a existir pessoas capacitadas dentro da comunidade, com o intuito de atrair melhorias. Como diz Brandão (2012) na descentralização de poderes, os planos de desenvolvimento passam a ser local e regional, deixam de ser formulados de cima para baixo o que facilita a identificação de prioridades, pois passará a ser feita por quem conhece a real necessidade.

O autor, através desse exemplo, fomenta a ideia de que o desenvolvimento territorial ou local está baseado na organização de poder dentro da comunidade, onde as

pessoas designadas buscarão por possíveis melhorias para os associados, além de envolver o planejamento socioeconômico e estratégias financeiras, a fim de constantes melhorias, afetando positivamente a qualidade de vida dos associados e cooperadores.

## 2.2 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Para avaliar com precisão a importância e a complexidade do segmento familiar da agricultura brasileira deve-se considerar, ainda que muito heterogêneo, responde por importante parcela da produção agrícola, apresentando em importantes atividades, inter-relações estreitas com os segmentos industriais e de serviços, o que implica uma importante participação no produto gerado pelo agronegócio. Pretende-se, assim, agregar a esses valores o freio do êxodo rural e a fonte de renda para as famílias rurais, que contribuem na geração de riqueza.

No caso das propriedades de menor porte, o problema é acentuado, devido à diversidade de sistemas e estratégias produtivas que determinam objetivos difusos e, por consequência, a diluição da força do setor em grupamentos locais. Associações e cooperativas possibilitam a permanência do sistema familiar em algumas regiões, mas são totalmente inexistentes em outras. No entanto, não cabe somente ao governo a promoção de medidas capazes de alterar os rumos da produção familiar. Devido à sua importância estratégica no que diz respeito ao bem-estar geral da sociedade, também todas as forças da sociedade civil devem engajar-se em tal tarefa.

Nunca antes neste país falou-se tanto em agricultura familiar como nas últimas décadas. Ao mesmo tempo em que o Brasil experimenta um processo de urbanização, ampliando a cada década o percentual da população que vive nos centros urbanos. Cresce também o interesse pelo meio rural brasileiro na medida em que a agropecuária tem um peso substancial na balança comercial do país, na produção de alimentos, na segurança alimentar e na geração de trabalho e

empregos numa ampla cadeia que envolve indústrias, comércios e serviços à montante e à jusante do setor produtivo rural. Considera-se, assim:

[...] a agricultura familiar como o conjunto das formas de produção que se opõem ao latifúndio e à agricultura patronal [...]. A agricultura familiar se funda sobre essa relação entre família, produção e trabalho, relação a partir da qual define seus objetivos econômicos e sua forma de inserção na sociedade (TONNEAU; SABOURIN, 2007, p. 217-218).

O conceito de agricultura familiar é aqui entendido como aquele em que a família, além de ser proprietária dos meios de produção, também assume o trabalho da estrutura produtiva. A propriedade é aqui fundada no trabalho pessoal, ao contrário da agricultura patronal e capitalista, fundada na exploração do trabalho de outros (sistema assalariado).

A agricultura familiar vem contribuindo para o equilíbrio do desenvolvimento do país, pois através de seus milhões de pequenos produtores é um setor em crescimento e de inteira relevância para nossa nação. Todos os anos ela movimentava bilhões de reais para o país, produzindo mais da metade dos alimentos que são consumidos por nós. Como salienta Damasceno e Khan (2011) também tem participação da geração e distribuição de renda e diminuição das saídas do campo para as cidades, além de gerarem empregos.

E de acordo com o último censo agropecuário do IBGE (2006), revelou-se que os agricultores familiares respondem por 84,4% dos estabelecimentos do país, ocupam 24,3% da área cultivada e empregam 74,4% da mão de obra do setor agropecuário. Mesmo com pequena disponibilidade de área cultivável, a agricultura familiar é responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 34% do arroz, além de 58% do leite, 50% das aves e 59% dos suínos, dentre outros produtos. Responde, ainda, por 9% (R\$ 173,47 bilhões) do Produto Interno Bruto (PIB) total do país, que no ano de 2006 foi no valor de R\$ 1,94 trilhão. Dessa forma, o PIB da agricultura familiar foi responsável por 32% do PIB do agronegócio brasileiro, que no mesmo ano chegou a R\$ 540,19 bilhões.

A agricultura familiar inclui todas as atividades agrícolas de base familiar e está ligada a diversas áreas do desenvolvimento rural. A agricultura familiar consiste em

um meio de organização das produções, agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e apícola que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão de obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens. Tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, a agricultura familiar é a forma predominante de agricultura no setor de produção de alimentos.

Em nível nacional, existe uma série de fatores que são fundamentais para o bom desenvolvimento da agricultura familiar, tais como: condições agroecológicas e as características territoriais, ambiente político, acesso aos mercados, o acesso à terra e aos recursos naturais, acesso à tecnologia e serviços de extensão, o acesso ao financiamento, condições demográficas, econômicas e socioculturais, disponibilidade de educação especializada, entre outros. A agricultura familiar tem um importante papel socioeconômico, ambiental e cultural.

Para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2000), a agricultura familiar é baseada em três características:

- A gerência da propriedade rural é feita pela família.
- O trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família.
- Os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, a terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento.

De acordo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu Art. 3º, (BRASIL, 2006), considera-se empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I. Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais<sup>8</sup>;
- II. Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III. Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV. Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

No século XX, o crescimento econômico passa a ser medido pelo aumento da produção *per capita* de bens materiais ou aumento do Produto Interno Bruto (PIB), o

---

<sup>8</sup> Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei n 6.746, de 10 de Dezembro 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município.

que levaria ao crescimento e automaticamente ao desenvolvimento de uma localidade. Segundo Cardoso (1995), até a década de 1960, admitia-se que o crescimento econômico era o centro do processo social, sendo que o progresso material levaria espontaneamente à melhoria dos padrões sociais.

Na década de 1990, foi publicado o primeiro relatório de desenvolvimento humano, que vem contribuindo para a teoria e a melhoria da prática do desenvolvimento, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nesse relatório propõe-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o qual, segundo analisa Veiga (2001), o crescimento da economia passa a ser analisado como elemento de um processo maior, contando que seus resultados não geram como um todo benefícios à sociedade. Assim, começou a ser desenhada a ideia de que o desenvolvimento deve estar ancorado em diversos valores e não só na dinâmica econômica.

Portanto, quando se faz referência ao IDHM, por exemplo, propõe-se a captar apenas três dimensões (longevidade, educação e padrão de vida) utilizando quatro variáveis (expectativa de vida ao nascer, taxa de alfabetização de adultos, taxa combinada de matrículas e renda per capita, em logaritmo), mas representou um enorme esforço institucional para obter medidas comparáveis para todos os países.

A Figura 2 abaixo representa o IDHM, onde na escala o zero representa a falta do desenvolvimento e a partir de 0,800 é onde começa a ser identificado um nível alto e os valores intermediários podem ser interpretados como nível baixo, médio e alto de acordo ao IDHM analisado em cada município.

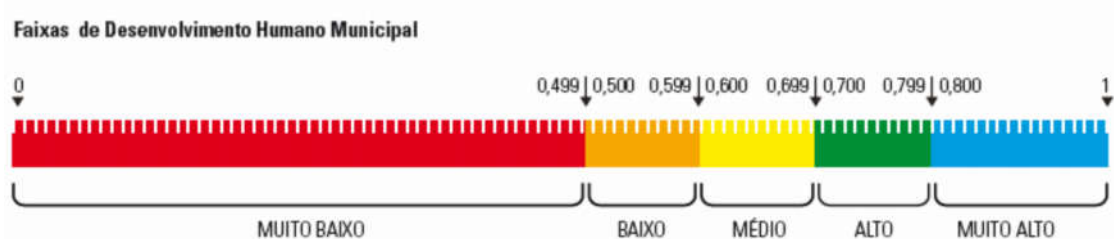


Figura 2 - Faixas de medidas do desenvolvimento humano municipal (PNUD).  
Fonte: PNUD<sup>9</sup> (2013, apud SANT'ANA, 2015).

Segundo o Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (IPEA, 2013) verifica-se que os dados comparativos dos 21 municípios que integram a Costa das Baleias localizam-se no extremo sul da Bahia, entre os quais, quinze deles, ou 71% possuem IDHM considerado médio. Outros seis, ou 29% dos municípios baianos do extremo sul possuem IDHM considerados baixos. Os três melhores colocados são Teixeira de Freitas (0,685), Eunápolis (0,677) e Porto Seguro (0,676). Na outra ponta, entre os piores índices da região, Jucuruçu (0,541), Guaratinga (0,558) e Itapebi (0,572). Considerando a integração dos municípios na Costa das Baleias, a maior qualidade de vida é encontrada na cidade de Teixeira de Freitas (0,685) e a pior, segundo os dados, é em Alcobaça (0,608). Seguindo dos respectivos índices dos municípios de Caravelas (0,616) e Nova Viçosa (0,654).

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2013), a agricultura familiar ocupa mais de 80% do setor rural, e no Brasil gera 7 em cada 10 empregos no campo, além de pequenos produtores abastecer a maioria das mesas brasileiras. Em 2009 aproximadamente 60% dos alimentos da cesta familiar distribuída pela Conab vêm da Agricultura familiar. Portanto, conclui-se que de acordo com os dados acima analisados Figura 01, o IDHM, dos municípios Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa, BA, requer mais atenção quanto à longevidade, renda e educação.

<sup>9</sup> PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro**. Série atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. 1-51p. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 04 set. 2014.

## 2.3 O PROCESSO DA EXPANSÃO DO EUCALIPTO E A ESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA

No Sul da Bahia não se questionava as áreas produtoras de cacau, mas sim o sistema da política coronelista. E na era da modificação genética de alguns grãos, também, não é contestada a imensidão de suas lavouras, mas a atuação da ciência ou monopólio de uma empresa na área de agricultura e biotecnologia. Não se contesta aqui a importância histórica dos movimentos ambientalistas, afinal, se temos grandes áreas preservadas no Brasil e no mundo é, em grande parte, devido às suas atuações. Por outro lado entendemos que algumas posturas devem ser repensadas para que esses movimentos possam continuar contribuindo. “Não dá mais para pensar que basta proteger áreas para solucionar os problemas, porque os conflitos aumentam e resultam em casos e mais casos de violência e morte” (BECKER, 2005, p.13).

É preciso reconhecer que o mundo mudou e que as relações das grandes empresas com o meio ambiente também têm mudado. O consumidor moderno não se preocupa somente com o seu bem-estar, mas faz uma espécie de vigilância ambiental a distância sobre as empresas de quem compra. No seguimento de celulose e papel este comportamento não é diferente.

De acordo com Bacha (2008, p.121-122), os consumidores acenam com uma preferência futura por celulose e papel oriundos de matas plantadas conduzidas com práticas ambientalmente adequadas, ainda que o objetivo principal das empresas seja o lucro. Contudo:

[...] a expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e à complexidade das atuais demandas ambientais que a sociedade repassa às organizações induz a um novo posicionamento por parte das organizações em face de tais questões (TACHIZAWA, 2006, p.29).

Sobre a questão do êxodo rural na Bahia, existe uma discussão muito interessante proposta por Guimarães (2002) que de certa maneira, desmistifica e contribui com uma nova visão do fenômeno, inclusive no Extremo Sul da Bahia.



[...] indubitavelmente, grande parte do pseudo êxodo sugerido pelos dados esteve diretamente associada aos deslocamentos não de pessoas, mas sim das canetas dos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios – que assinaram as novas leis e decretos de criação de novos distritos e de expansão dos perímetros urbanos (GUIMARÃES, 2002, p.185).

Andrade (1998) faz um resumo histórico da ocupação de algumas regiões brasileiras combinado com diferentes atividades econômicas e suas repercussões na vegetação nativa. Por exemplo, no Recôncavo Baiano, a floresta foi devastada, quase que por total, para o plantio da cana-de-açúcar, abastecer as fornalhas dos engenhos, as locomotivas e consumo doméstico; no Sul da Bahia a mata foi destruída para ceder à cultura do cacau, a construção da rodovia Rio-Bahia contribuiu socialmente com o povoamento no Espírito Santo, Vale do Rio São Mateus, e Minas Gerais, no Vale do Rio Doce, e ao mesmo tempo a mata foi sendo retirada para a introdução de lavouras e pastagens.

Segundo Cajazeiras, Barbieri e Silva (2007)<sup>10</sup> apud Sant’ana (2015, p. 25) a mata Atlântica foi aos poucos sempre devastadas e a partir de 1974, com a chegada da BR 101, viabilizou-se o escoamento da madeira, contribuindo para o fim das lavouras de cacau e da agricultura familiar, o que tornou a região empobrecida e na década de 80 começa a surgir a atividade de papel e celulose. Portanto, historicamente, a atividade de silvicultura não teve nenhuma interferência na espoliação da vegetação nativa no Brasil, pois, anterior a implantação da monocultura do eucalipto, teve-se a introdução de diversos tipos de monoculturas, pastagens e o extrativismo vegetal. Sempre que preciso, é necessário fazer um corte na história para entender como determinada atividade econômica repercutiu no seu espaço de atuação.

Oliveira (2000, p.481-482), relata que “quando se estuda historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso a terra, verifica-se que desde os primórdios do período colonial essa distribuição foi desigual”. Isso pode

---

<sup>10</sup> CAJAZEIRAS, J.E.R.; BARBIERI, J.C.; SILVA, D. **Estudo da sustentabilidade regional da produção industrial de eucalipto e seus impactos em sua região de influência**. Revista da Micro e Pequena Empresa. Campo Limpo Paulista, v.1, n.2, p.18-33, 2007.

explicar uma sequência do uso e apropriação do solo, porém, mostra que a mentalidade colonizadora continuou.

Os plantios de eucalipto foram iniciados com os incentivos fiscais ao reflorestamento, que ocorreram a partir do final dos anos 60 e tiveram grande avanço durante as décadas de 70 e 80. Com a falta de celulose no mercado e aporte dos incentivos governamentais, em especial os financiamentos do BNDES e a isenção de ICMS sobre exportações, a região passou a atrair ainda maiores interesses para o reflorestamento econômico. Com a posterior queda da agricultura tradicional em função, principalmente, de pragas, especialmente na lavoura do cacau e mamão, o uso da terra passou a ter um novo perfil, com a implantação de programas de reflorestamento de grandes maciços de florestas de produção, com as espécies exóticas *Eucalyptus grandis*, *E. urophylla*, os seus híbridos e de outras espécies de eucaliptos (BAIARDI; RIBEIRO, 2011, p.63).

O crescimento do plantio de eucalipto no país se deu pelo crescimento na demanda de exportação da celulose para outros países, além da ótima condição do solo e clima propício à cultura.

Segundo o BNDES (2002), esse crescimento é gerado através do projeto de desenvolvimento do governo, com contribuições de incentivos fiscais (Lei 5.106 / 66), que permite a dedução do imposto de renda para investimentos em projetos de reflorestamento, aprovados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o que resulta na expansão de espécies exóticas, como em destaque o pinus e eucalipto, sempre em vista o crescimento do país.

Conforme a Tabela 1 abaixo demonstra o crescimento da área de plantio do eucalipto no Brasil e na região do extremo sul da Bahia, onde se observa que entre os anos de 1995 e 2007 houve um crescimento de 21,7 % no Brasil.

Tabela 1 - Expansão da área com eucalipto no Brasil e na região do Extremo Sul da Bahia (ESB).

Ano	Brasil (ha)	% Crescimento	ESB (ha)	% Crescimento Região / Brasil %
1995	680.000		60.484	8,8
2000	805.379	18,4 ↑	177.000	92,6 ↑
2007	980.000	21,7 ↑	264.800	49,6 ↑

Fonte: Pedreira (2004)

Na Bahia o crescimento foi maior que o dobro do índice nacional, sendo 49,6%. Isso foi decorrente da logística de escoamento da produção e o baixo custo das terras que a região oferecia, com isso houve a implantação de empresas produtoras de celulose e papel, sendo sua matéria-prima base extraída do eucalipto. Com isso, ocorreu então uma mudança fundiária na região, onde houve uma concentração de pessoas em determinadas comunidades do extremo Sul da Bahia, a fim de preencher a necessidade de cooperadores das empresas implantadas, além de necessidade de mudanças de localização de hábitos de comunidades já existentes.

#### 2.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: PRONAF, PAA, PNAE

A década de 1960 e 1970 no Brasil foram marcos da intervenção do Estado na agricultura, configurando a presença de uma política agrícola ativa (DELGADO, 2001). A partir dessas décadas, diversas instituições e instrumentos de política pública foram criados com o fim de modernizar e alterar os padrões de produção e administração dos estabelecimentos rurais. E visando transformar o meio rural e modernizar a agricultura, inserido em uma estratégia mais ampla de desenvolvimento baseada na industrialização por substituição de importações, o Estado assume de forma explícita o processo de capitalização do campo conjuntamente com o capital financeiro e industrial.

[...] “política agrícola ativa” diz respeito à existência de uma política setorial para a agricultura que apresenta instrumentos específicos e distingue-se claramente da política macroeconômica. Neste caso, as transformações na agricultura são decorrência também da política agrícola e não meramente fruto da política macroeconômica. Até então, o setor agrícola era visto como “meramente coadjuvante” do processo de industrialização do país e existiam políticas apenas para segmentos específicos da agricultura, notadamente para o setor cafeeiro do sudeste e o setor sucroalcooleiro do nordeste, respondendo à demanda de determinados grupos de interesse (DELGADO, 1995, p.103).

O processo de democratização em curso no Brasil a partir de meados da década de 1980 permitiu um “intenso movimento de rearticulação e florescimento de novas organizações na sociedade civil” (SANTOS, 2011, p.79).

“Representantes do fórum da agricultura familiar argumentavam sobre a importância econômica dos pequenos produtores, na produção agrícola nacional, mesmo com desigualdade fundiária e de acesso ao Estado”. (CONTAG, 1989, p.4). Diante deste cenário, reivindicavam políticas aos pequenos produtores, sendo este “[...] o segmento dos produtores rurais que podem dar resposta mais eficiente e rápida aos estímulos para os plantios de culturas básicas para o abastecimento alimentar, cada vez mais imprescindíveis para o equilíbrio da economia nacional” (CONTAG, 1989, p.5). Como pode ser observada, a igualmente é notada por Picolotto (2011), destacava-se nas propostas do fórum da agricultura familiar a reivindicação de uma política agrícola diferenciada para os pequenos produtores.

#### **2.4.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**

Então, em 1994, vem o PROVAPE (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), mas o ganho mesmo vem no início de 1995 quando se consegue minimamente estruturar uma tese mais diferenciada, focada, na época, em três ou quatro pontos: crédito, capacitação, assistência técnica e infraestrutura, foi o que, basicamente, gerou os pilares do PRONAF. Fruto desta mobilização instituiu-se o PRONAF, por meio da Resolução nº. 2.191 de 24 de agosto de 1995 do Conselho Monetário Nacional, substituindo o PROVAPE (Brasil, Conselho Monetário Nacional, 1995). O PRONAF tornar-se a principal política para a agricultura familiar.

As ações do Programa concentraram-se em quatro grandes linhas: financiamento da produção (crédito de custeio e de investimento para as atividades produtivas rurais); financiamento de infraestruturas e de serviços básicos municipais por meio de apoio financeiro aos municípios; capacitação e profissionalização; e financiamento da pesquisa e da extensão rural. Como aludem Schneider e Mattei Cazella (2004, p.23), “O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo”.

A construção do PRONAF foi sustentada pelo argumento da importância da agricultura familiar na produção de alimentos e na geração de empregos no Brasil, mesmo esta categoria tendo sido praticamente ignorada pelas políticas públicas das décadas anteriores. Era importante que, uma vez institucionalizado, o PRONAF fosse rapidamente acessado por um expressivo número de agricultores familiares, demonstrando a sua necessidade e relevância, e que o Programa apresentasse resultados rápidos em termos de aumento da produção e da renda para esta categoria social.

#### **2.4.2 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**

Uma política pública para a agricultura familiar orientada pela segurança alimentar e nutricional, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) é considerada a primeira política agrícola nacional para a agricultura familiar que se articula com a política de segurança alimentar e nutricional. Conforme:

Um dos aspectos inovadores desse instrumento de política pública consiste no esforço por integrar, não apenas em sua concepção, mas também nos aspectos práticos de sua operacionalização, dimensões relacionadas tanto à política agrícola como à política de segurança alimentar e nutricional (SCHMITT, 2005, p.78)

Segundo Moreira et al. (2010) o PAA é orientado por duas diretrizes que são fundamentais na política nacional de segurança alimentar e nutricional, identificando, a promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, tornando prioridades para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, promovendo o abastecimento, estruturando sistemas sustentáveis e descentralizados, tendo como base a agroecologia de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.

O PAA foi instituído pelo Artigo 19 da Lei nº. 10.696 e regulamentado pelo Decreto nº. 4.772, ambos de 02 de julho de 2003. Coerente com a proposta do CONSEA (2003), o Artigo 19 da referida Lei explicita que a finalidade do Programa é “incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos,” três ações fundamentais para a construção da

SAN no Brasil . Recentemente, a partir das mudanças que ocorreram no Programa e com a manifestação de seus resultados, as suas finalidades foram melhores explicitadas na Lei nº. 12.512, de 14 de outubro de 2011, quais sejam, segundo Brasil, presidência da República (BRASIL, 2011):

I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda; II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável; IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar; V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização.

O PAA potencializa o fortalecimento da agricultura familiar, utilizando canais de comercialização e de geração de renda, dinamiza a economia do município e da região. Constitui-se um mecanismo complementar ao PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar). É um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, acionado após a etapa final do processo produtivo, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com recursos que remunerem o investimento e a mão-de-obra que permita reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família.

Através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a CONAB tem comprado sementes crioulas de agricultores familiares e, simultaneamente, doado estas sementes aos bancos comunitários. Esta experiência tem sido extremamente importante no sentido de recompor os estoques das famílias e garantir o acesso a sementes adaptadas e de boa qualidade, contribuindo diretamente para a segurança alimentar deste público. Esta iniciativa também tem contribuído para o fortalecimento das dinâmicas sociais relativas ao trabalho dos bancos de sementes, assim como para a conservação da agro biodiversidade. Este programa tem sido implementado com sucesso em várias regiões, gerando grandes benefícios para o desenvolvimento da agricultura familiar, sobretudo a de base agroecológica. É preciso, no entanto, que estas experiências se multipliquem (ARAÚJO, 2006, p.14).

A agricultura familiar conta com apoio de várias instituições, que propõe modelos de processos produtivos e estratégias de desenvolvimento que sejam capazes de contribuir para minimizar os impactos ambientais gerados pela agricultura

convencional. Com o banco de sementes crioulas, sistema de seleção massal, as sementes após a secagem, são armazenadas para serem utilizadas no próximo plantio, mantendo assim, a sua originalidade.

Ademais, é importante ressaltar que se o PAA vem destacando-se como uma inovação importante no âmbito das políticas públicas para a agricultura familiar, o mesmo atende ainda um número modesto de agricultores, beneficiados com um volume de recursos igualmente pequeno *vis-à-vis* outras políticas para a agricultura familiar, como, por exemplo, o PRONAF. Em 2011, o PAA beneficiou cerca de 204 mil agricultores familiares, o que representa em torno de 4,6% dos estabelecimentos familiares do Brasil, com aproximadamente R\$ 775 milhões de reais (BRASIL, 2012). Como apontado nas primeiras seções do capítulo, a expansão do Programa é uma reivindicação recorrente de diferentes fóruns de produção de ideias. No Grito da Terra Brasil de 2011, por exemplo, as organizações sindicais filiadas à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) reivindicaram a ampliação do orçamento do PAA para R\$ 2 bilhões, o que significaria mais que duplicar o valor aplicado em 2011 (CONTAG, 2011).

### **2.4.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**

A respeito do PNAE, o Portal do FNDE (2012) dispõe que:

O PNAE foi implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricionais. São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros [...]. O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.

Ainda de acordo com o FNDE (2012), o PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando determina que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios)

com a educação é efetivado mediante a garantia de "educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII). Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

- Creches: R\$ 1,00
- Pré-escola: R\$ 0,50
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30
- Ensino integral: R\$ 1,00
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno: R\$ 0,50

Segundo BRASIL (2012), o repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. O orçamento do Programa para 2014 é de R\$ 3,5 bilhões, para beneficiar 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor – ou seja, R\$ 1,05 bilhão – deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

Para as associações assistidas no PDRT, o PNAE tem sido uma política pública de extrema necessidade, os produtos que são produzidos pelas comunidades assistidas pelo programa são oferecidos às escolas, creches etc. O PNAE institui que todos os municípios são obrigados a adquirirem no mínimo 30% da agricultura familiar. As chamadas públicas nas prefeituras são ao longo do planejamento escolar uma alternativa de participação das associações instituídas no extremo sul



da Bahia. Das oito associações assistidas pelo programa cinco delas tem participado do PNAE nos seus municípios.

## 2.5 REDES DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES

Para Ricciardi e Lemos (2000), o associativismo rural é um mecanismo de luta dos pequenos produtores, proporcionalizando a preservação na terra, ampliação do nível de renda e de participação como cidadãos. Uma associação não é tão somente uma organização de pessoas com objetivos e ideais comuns para proporcionar uma melhor multiplicação econômica de seus sócios, mas sim uma organização mais profunda com objetivos também de caráter social, desempenhando importantes funções por meio de estatutos e regimentos.

O termo associativismo:

Designa por um lado à prática social da criação e gestão das associações (organizações ordenadas de autonomia e de órgãos de gestão democrática: assembleia geral, direção, conselho fiscal) e, por outro lado, a apologia ou amparo dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os sócios) para atingir finalidades comuns (RICCIARDI; LEMOS, 2000, p. 82).

De acordo com a definição apresentada, associação é uma organização social de pessoas com um objetivo comum definido. Vale destacar que ninguém é coagido a vincular-se a nenhuma associação, sendo livre a participação nela. Outra característica da associação é sua organização interna, com diretoria e conselho fiscal, subordinado a uma assembleia geral. Pode-se inferir que uma associação é uma sociedade civil que não possui fins lucrativos, onde os indivíduos se organizam para acolher aos seus interesses, de forma democrática. Ela existe porque seus associados possuem um objetivo comum, e trabalham em grupo para a realização desse objetivo. Outra característica das associações é que o objetivo do grupo tornasse mais importante que os objetivos individuais. As associações não possuem um dono definido; todos os associados são agentes responsáveis pela gestão, funcionamento e organização dela. É muito comum a confusão entre associação e cooperativa.

A cooperativa é considerada uma sociedade ou empresa constituída por membros de um determinado grupo econômico ou social, que conjugando esforços e recursos, visa estimular a ascendência dos padrões de qualidade de vida dos que se associam sob suas regras, prestando legítimos serviços às suas comunidades e à própria sociedade (RICCIARDI; LEMOS, 2000 p. 60).

No Brasil, o cooperativismo surgiu em 1902, como Crédito Agrícola Cooperativo. O padre suíço T. Amsterad inaugurou na cidade de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, a primeira Caixa Rural Raiffaisen. Em 1907, no Estado de Minas Gerais, apareceram as primeiras cooperativas agropecuárias. Nesse mesmo ano João Pinheiro, Governador, impulsionou seu projeto cooperativista no intuito de suprimir os intermediários da produção agrícola, pois a comercialização era monitorada por estrangeiros. Sendo o café o produto crucial das suas preocupações foi criada ainda uma seção específica para o produto, provendo-lhe isenções fiscais e estímulos materiais (OCB, 2011).

O cooperativismo no Brasil foi regulamentado em 1932, e em 1971, através da Lei 5.764, rege esta lei que as cooperativas exercem atividade econômica sem objetivar lucro. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é o órgão que representa as Cooperativas. Tem como competência a promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista. No Brasil, segundo OCB (2011), existem 6.586 cooperativas, com total de 10.009 cooperados, nos ramos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transportes, turismo e lazer. No período de 2001 a 2011 o número de cooperados passou de 4.779 para 10.009 milhões de cooperados.

Abrantes (2004) propõe alguns critérios de comparação entre Cooperativa e Associação conforme apresentado na Tabela 2. Nota-se, que o principal objetivo do associativismo nas comunidades é a participação, a solidariedade e a cooperação em torno de objetivos comuns, assegurando melhores condições de vida para a comunidade. Todo o patrimônio de uma associação é constituído pelos próprios associados ou membros, logo, as associações não possuem fins lucrativos. Possuindo amparo legal no Artigo 5.º da constituição e no Código Civil.

E o cooperativismo tem como principal objetivo a comercialização e a produção dos seus membros, permitindo que seus cooperados gerem renda e possa reinvestir

parte desses benefícios para o bem comum. Assim, todos os membros das cooperativas são também donos delas. Tendo como amparo legal o Artigo 5.º da Constituição, o Código Civil e a Lei 5.764/71.

Tabela 2 - Diferenças básicas entre Associação e Cooperativa

	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
DEFINIÇÃO	Sociedade civil sem fins lucrativos.	Sociedade civil/comercial sem fins lucrativos.
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a implementação dos interesses dos seus associados.</li> <li>- Incentivar a melhoria técnica, profissional e cultural dos seus integrantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Viabilizar e desenvolver a atividade produtiva dos seus associados.</li> <li>- Transformar bens, atuando no mercado.</li> <li>- Armazenar e comercializar.</li> <li>- Dar assistência técnica e educacional aos associados.</li> </ul>
AMPARO LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição (Art.5º.)</li> <li>- Código Civil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição (Art.5º.)</li> <li>- Código Civil</li> <li>- Lei 5.764/71</li> </ul>

Fonte: Abrantes (2004, p. 86)

Ressalta-se, a importância de que os produtores devem tentar minimizar seus custos, empregando, para isso, técnicas de produção adequadas e agindo de forma conjunta, ou seja, todos unidos por um mesmo ideal, destacando-se a importância da sua integração. O que constitui exatamente o papel da cooperativa, pois a eficiência do cooperativismo alicerça-se nos princípios da livre entrada, democracia e no retorno das sobras, e é o sistema que melhor harmoniza os interesses individuais e sociais dos produtores.

(...) as cooperativas assumem essencialmente, devido aos seus princípios doutrinários, a dupla função de associação (enquanto reunião de pessoas) e de empresa (enquanto reunião de capital). Por outro lado, os cooperados também assumem o duplo papel de proprietário e usuário do empreendimento. Diante dessas características peculiares, na maioria dessas organizações ocorre o processo de autogestão, pois são geridas pelos próprios donos ou usuários. Segundo o autor, o associado como gestor do empreendimento comum deve harmonizar a sua participação política (definição de objetivos e metas) com a sua participação econômica (capital e operações) e ambas com a capacidade gerencial da empresa em efetivar suas relações com o mercado. Dessa forma, a cooperativa, como um espaço em que um grande número de associados se interage, resulta em um evidente ambiente de poder, onde diferentes forças atuantes

precisam ser coordenadas e disciplinadas no sentido de orientá-las para o cumprimento dos objetivos da cooperativa (SCHULZE, 1987, p. 50-51).

O Associativismo e Cooperativismo são uma estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar atrelado às políticas públicas. Os agricultores organizados e informados têm mais força e representação ao poder público e entidades privadas. É oportuno ressaltar a implantação da CAVI (Cooperativa dos Agricultores do Vale do Itaitinga) – Unidade de Produção de Farinha. Essa unidade foi inaugurada em maio/2013 e está em pleno funcionamento nas associações de Pouso Alegre, Constelação, Itaitinga e Novo Destino na cidade de Alcobaça – BA.

A Empresa Fibria apoia essas associações através do Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT). Para tanto, o programa mantém uma equipe de assistência técnica e garante acesso aos insumos necessários para os plantios. A implantação do empreendimento busca promover melhorias sociais e ambientais nas comunidades envolvidas. No aspecto social a renda gerada é distribuída diretamente às pessoas envolvidas na produção, comercialização da farinha e também aos produtores da matéria prima. E no aspecto ambiental, o principal impacto é no tratamento dos resíduos da unidade de produção que está estruturada para aproveitamento da totalidade dos resíduos gerados: manipueira<sup>11</sup>, as raspas da mandioca e a água utilizada para lavagem da mandioca.

Segundo Fibria (2013), a CAVI com a expansão da sua produção alcançou o mercado institucional - Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e mercado convencional (supermercados e hipermercados).

---

<sup>11</sup> Manipueira - Resíduo com elevada carga orgânica e efeito tóxico, obtido a partir do processamento da mandioca, com potencial energético, utilizada para alimentação animal, combater pragas e doenças.

### 3 METODOLOGIA

Para a realização do presente estudo, optou-se um estudo de caso, de caráter exploratório, de variáveis múltiplas e com abordagem quantitativa e qualitativa. De acordo com Gil (2002), as pesquisas do tipo exploratórias têm como objetivo aumentar a familiaridade com o problema, e torná-lo mais explícito, podendo até construir hipóteses. Após os contatos, os dados foram coletados utilizando os instrumentos definidos no planejamento (questionários). O autor da pesquisa organizou as questões adequadamente facilitando a interpretação das respostas e durante as entrevistas procurou ser um bom ouvinte e não trazer nenhum tipo de preconceito; estar muito bem embasado (teoricamente) no tema sendo investigado; ser receptivo e sensível a possíveis evidências contraditórias; ser adaptável e flexível às situações novas e/ou não previstas, considerando-as como oportunidades e não ameaças. Os registros dos dados foram feitos automaticamente a cada entrevista.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

O Extremo Sul da Bahia, região composta por 21 municípios, confrontando-se: ao Norte, Sudoeste da Bahia e Litoral Sul da Bahia; ao Sul, Estado do Espírito Santo; a Oeste, Minas Gerais; e a Leste com o Oceano Atlântico. A região em estudo faz parte da Costa das Baleias, localidade que abriga um conjunto de recifes de corais, ilhas vulcânicas, manguezais, canais de maré e uma grande faixa de Mata Atlântica. Este território tem a presença marcante da agricultura familiar entre as comunidades rurais e também pela cultura da pesca artesanal. No entanto, somente a partir do século XX, esta região passa a apresentar um significativo desenvolvimento demográfico e socioeconômico. Até então, esta região participa da economia colonial de forma periférica, servindo de base complementar à estrutura primário-exportadora, e não fazendo parte dos principais centros dinâmicos vigentes na época.

O processo de ocupação da Região do Extremo Sul da Bahia teve início, a partir da criação de entrepostos para envio de pau-brasil a Portugal, no século XVI. A partir

do século XVIII, quando a Capitania de Porto Seguro passa a fazer parte da Capitania da Bahia, surgem vilas e povoados litorâneos, e intensifica-se a exploração madeireira. No século XIX, a região tinha como principais atividades além da extração de madeira, a produção de alimentos como: a farinha de mandioca, arroz, milho, feijão e a pesca. Durante toda a fase Brasil-Colônia esta região manteve-se como uma mera fornecedora de alimentos para o recôncavo baiano e outras regiões.

A afirmação dessa função possibilitou certa expansão demográfica e a criação de diversas vilas situadas no litoral, delineando um padrão de ocupação concentrado na costa, que perdurou muito tempo. A existência de terras livres e a ausência de coerção de força de trabalho, associadas ao papel marginal da região na economia nacional, favoreceram a formação e a consolidação da pequena agricultura familiar (PEDREIRA, 2004, p. 1009).

A partir da década de 1950, com a expansão da cacauicultura, da pecuária e da exploração madeireira, desencadeou-se um processo de interiorização da ocupação do espaço, dinamizando gradativamente a vida econômica, intensificando o povoamento de áreas até então pouco habitadas e/ou com ausência de atividades produtivas. Os principais municípios a desenvolverem essas atividades foram Belmonte, Mucuri, Porto Seguro, Prado, Itanhém, Medeiros Neto e Alcobaça, sendo promovidos por produtores oriundos, sobretudo, do Planalto de Conquista e da região de Itapetinga, ambos na Bahia, e no Nordeste de Minas Gerais.

No entanto, apenas na década de 1970 que os processos de ocupação, de integração econômica e de consolidação do modo de produção capitalista intensificam-se no Extremo Sul Baiano, tendo como fator determinante a inauguração da BR 101, em 1973, contribuindo para o fim do isolamento econômico e físico, impulsionando a formação de uma nova configuração do espaço regional e uma série de transformações ambientais, sociais e demográficas.

Percebem-se dois movimentos típicos do processo de ocupação regional. Primeiramente, um movimento de acumulação primitiva de capital, autodestruidora, com o desmatamento da Mata Atlântica pelo capital-madeireiro, caracterizando o primeiro grande fluxo migratório e de ocupação regional. Expande-se a atividade madeireira originária do norte dos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. As florestas primária e secundária tornam-se mercadoria no sentido da acumulação capitalista, embora se apresentem como um recurso esgotável com um tempo finito de valorização

espacial, que culmina com a sua quase total devastação (COUTO et al., 2006, p.2).

Desenvolveu-se, neste período, um ciclo madeireiro caracterizado pelo uso de tecnologias modernas e pela participação de médios e pequenos empresários, oriundos de outras regiões brasileiras, sobretudo do Espírito Santo e de Minas Gerais. Esse processo intensificou a destruição da Mata Atlântica, sendo que esta, apesar de explorada desde o Brasil Colônia, ainda se mantinha relativamente preservada. O processo de devastação impulsionado pela exploração madeireira e pelo avanço da pecuária (formação de pastos), na década de 1970, facilitou a inserção e o avanço de atividades reflorestadoras de eucalipto.

As principais atividades econômicas da região, atualmente são: a agropecuária, a pesca, silvicultura<sup>12</sup>, a indústria de papel e celulose e o turismo. Embora as atividades tradicionais (pecuária, pesca e agricultura de subsistência) ocupem um peso importante na estrutura econômica regional, a silvicultura constitui o vetor mais dinâmico da economia regional, sendo a principal responsável pelas recentes transformações ambientais e socioprodutivas. Aliados a esta última atividade, embora em menor escala, estão os processos de tecnificação nos cultivos de café e mamão e a adoção de sistemas intensivos na bovinocultura.

No entanto, apesar da importância em termos econômicos destas atividades, não podem ser desconsiderados os efeitos destas nos âmbitos sociais e ambientais, uma vez que a implementação de atividades mecanizadas contribuem com o desemprego rural, tendo como consequência pressões urbanas e o surgimento de movimentos rurais, além da intensificação da devastação da Mata Atlântica para abrir espaços para as lavouras, pastos e instalação de maciços florestais.

---

<sup>12</sup> Silvicultura - Ciência dedicada ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais.

### 3.2 DESCRIÇÃO DO PDRT (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL TERRITORIAL)

O Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) iniciou em setembro de 2011 tendo por base um conjunto de desafios que nortearam a definição de suas diretrizes, princípios, objetivos e construção metodológica. Com o propósito de qualificar o diálogo entre empresa e comunidades, os projetos de desenvolvimento local, focando no apoio a cadeias produtivas, foram construídos de forma compartilhada e através de metodologias participativas.

Partiu-se do princípio que ao incentivar a organização de cadeias produtivas também seria possível fortalecer e qualificar os arranjos sociais locais e o protagonismo de seus membros, para que acumulassem vivências que os capacitem a coordenar e definir modelos de desenvolvimento comunitário adequado às suas realidades.

Uma empresa jovem como a Fibria, que nasceu da fusão de duas grandes empresas do setor florestal, a Aracruz Florestal e a VCP, tem grandes desafios a superar, para manter seu compromisso com a sustentabilidade. Este compromisso foi firmado ainda na sua origem e está manifestado em sua visão: consolidar a floresta plantada como produtora de valor econômico. Gerar lucro admirado, associado à conservação ambiental, à inclusão social e a melhoria da qualidade de vida.

Foi dentro dessa linha que nasceu o PDRT, uma proposta de desenvolvimento rural territorial, que trabalha com municípios e comunidades considerados prioritários pela Fibria e o extremo sul da Bahia foi a região selecionada para a primeira fase do programa. As comunidades rurais contempladas pelo programa PDRT localizam-se nas proximidades da base florestal da companhia, tendo como principal atividade a agricultura de base familiar. Nesse sentido, uma comunidade relevante para uma empresa é um grupo de indivíduos unidos por uma experiência comum, que afetam e são afetados pelas operações da empresa e que podem ser unidos pela



proximidade geográfica, pelas relações históricas com a empresa e por outras experiências comuns.

Outro instrumento norteador utilizado para definir suas diretrizes e princípios, foi a Política de Investimentos socioambiental da empresa. É um instrumento orientador para o processo de tomada de decisão para que os colaboradores da empresa possam pautar suas decisões no quesito investimentos socioambientais.

O PDRT está alinhado a esta política na medida em que objetiva contribuir para o desenvolvimento das comunidades vizinhas às áreas de atuação da empresa, gerando lucro admirado associado à conservação ambiental, inclusão social, melhoria da qualidade de vida e obter a licença social para operar. O PDRT é a principal ferramenta de engajamento com comunidades rurais vizinhas, todo o processo de tomada de decisão passa a privilegiar e valorizar o protagonismo de toda a comunidade, o desenvolvimento de lideranças legítimas, a construção de capital social e o resgate da cidadania e da autoestima.

O processo de engajamento está baseado na organização de um ciclo de diálogos estruturados que tem como objetivo definir claramente os combinados entre os grupos que compõem as organizações de base comunitárias e a empresa. Estes grupos podem estar oficialmente constituídos em associações ou cooperativas, ou estar informalmente organizados. Segundo Fibria (2012), os princípios que subsidiam o programa (PDRT) estão abaixo alinhados como estratégias norteadoras do processo:

- Empoderar a comunidade: o processo de transferência de informações deverá privilegiar o fazer junto, estimulando a construção compartilhada de conhecimentos.
- Decidir de forma compartilhada: todas as decisões devem ser trabalhadas em grupo através de reuniões entre associados. Isso significa “dar voz e senso de pertencimento” para o grupo como um todo e não somente aos representantes formais. O princípio da ação está no fazer e refletir juntos.
- Transparência: todos os dados coletados nas associações devem ser sistematizados e devolvidos para as comunidades, assim como as informações

relacionadas às análises dos impactos gerados pelo Programa, valores investidos em cada comunidade, ações e compromissos assumidos de ambas as partes.

- Incentivar e fortalecer as redes locais: promover a troca de recursos e informações entre Associações de base, estimulando o diálogo e a solidariedade entre as partes.

Com o objetivo de melhorar o diálogo com estas comunidades, a empresa construiu uma estratégia de relacionamento baseada em três pilares:

1. Promover a inclusão social – todas aquelas pessoas e organizações beneficiadas diretamente devem ter acesso garantido aos seus direitos e deveres de cidadão;
2. Transformar as doações voluntárias em investimento socioambiental - desenhando projetos de geração de trabalho e renda, de forma compartilhada com as comunidades, orientados para a autossuficiência e complementares as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar;
3. Incentivar a utilização de tecnologias produtivas de baixo impacto ambiental, baixo custo e de fácil replicação.

O PDRT nasceu com estes desafios que, por sua vez, nortearam a definição de suas diretrizes, do seu objetivo e da sua construção metodológica. Na Tabela 3 abaixo se apresenta as premissas consideradas pelo Programa.

Tabela 3 - Premissas consideradas pelo PDRT utilizado pela Fibria

<b>Diretrizes</b>	<b>Metodologia de implantação</b>
O que guia a ação	Conhecimento da realidade local; Engajamento da comunidade; Alinhamento e articulação.
O que orienta o modo de operar	Manter coerência entre discurso e prática; Operar como agente indutor articulador; Atuar como agente catalizador.
O que queremos gerar	Aumento do capital humano e social; Desenvolvimento sustentável; Conservação dos recursos naturais.

Continua...

Continuação da Tabela 3 - Premissas consideradas pelo PDRT utilizado pela Fibria

Objetivo Geral	Participar no desenvolvimento territorial por meio dos coletivos, suas organizações e suas redes, focando em seus sistemas de produção tendo como premissa os princípios agroecológicos.
Objetivos Específicos	Capacitar os participantes do PDRT para equacionar suas demandas sociais, ambientais e econômicas, estimulando o trabalho em redes e outras formas de cooperação; Planejar de forma participativa e apoiar a utilização de tecnologias, adaptadas ao contexto local, que contribuam para segurança alimentar e geração de riquezas nos territórios; Aumentar a renda das famílias diretamente atendidas pelo programa; Executar as ações de ATER com estrutura pedagógica voltada à formação de formadores.

Fonte: Fibria (2011)

Ainda referenciando a questão metodológica do PDRT, a Figura 3 faz uma abordagem da metodologia utilizada para o engajamento nas comunidades. O processo de engajamento inicia-se a partir do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), uma metodologia que permite o levantamento de informações e conhecimentos da realidade da comunidade ou instituições, a partir do ponto de vista de seus membros. Promove a mobilização dos interessados em torno da reflexão sobre a situação atual e a visualização de cenários futuros. O DRP é aberto à participação, criando a oportunidade da vivência democrática, isto é, produzindo conhecimento coletivamente e criando opções para as decisões coletivas.



Figura 3 - Fluxograma da Metodologia de Engajamento Comunitário adotado no PDRT da Fibria.  
Fonte: Fibria (2011)

A metodologia permite o envolvimento das pessoas e das instituições não apenas como fonte das informações, mas como agentes da pesquisa. Isso lhe confere um caráter de mobilização que é fundamental para quem deseja conhecer a realidade com vistas a elaborar um programa de ação. O diagnóstico participativo se vale de diferentes fontes de informações e métodos de pesquisa, aliando dados secundários e primários na construção de um retrato atualizado da realidade.

Considerando a complexidade das diferentes realidades sociais, culturais e econômicas destas comunidades, definir quais são as comunidades com perfil para participar do programa foi o primeiro desafio a ser vencido. A empresa construiu uma ferramenta denominada Matriz de Priorização<sup>13</sup> para apoiar os gestores em suas decisões de investimento socioambiental. A Matriz de Priorização considera a vulnerabilidade socioeconômica, o impacto gerado pelas operações da empresa e a importância do município para suas atividades.

O segundo desafio residia na construção de um processo de diálogo com metodologias e ferramentas participativas que possibilitassem:

- Conhecer o nível de organização sócio-política, econômica e cultural dos grupos diretamente atendidos pelo programa;
- A disseminação do conhecimento adquirido para as outras áreas da empresa, envolvendo-as na compreensão dos problemas, na definição e implementação de alternativas de encaminhamentos;
- A construção de uma linguagem capaz de ser entendida e assimilada, tanto pelas comunidades como também pela empresa.

O processo de diálogo tem como preocupação central identificar, junto com os grupos, as cadeias produtivas que se encontram instaladas e necessitam de melhor estruturação. A partir dessa identificação, técnicos agrícolas e produtores rurais planejam atividades e quantificam o investimento necessário para a implementação de seu planejamento. Esse processo é registrado dando origem aos planos de ação e de cadeias produtivas, conforme mostra a Figura 4, por isso não existe um modelo

---

<sup>13</sup> Matriz de priorização – ferramenta utilizada para decidir a intensidade do investimento socioambiental.



estabelecido ou pré-definido para as culturas que serão plantadas. O diálogo é aberto e a tomada de decisão sobre as cadeias produtivas serão fortalecidas considerando sempre o conhecimento prévio, a vocação dos grupos e a viabilidade econômica dos projetos. O processo de estruturação é utilizado como ferramenta para atingir o objetivo geral, cerne do programa, que é o fortalecimento das associações comunitárias. A Figura 4 referencia – se a um modelo de Plano de Ação que é construído através do diálogo de engajamento da comunidade.

O principal objetivo do programa não se concentra nas produções em si, mas nas mudanças comportamentais dos grupos relacionados ao aumento de sua coesão e em sua capacidade de solucionar coletivamente as demandas apresentadas pela comunidade, sejam elas de saúde, de educação ou de comercialização de seus produtos. Ressalta-se que não há tecnologias ou processos produtivos pré-definidos, porém a seleção de tecnologias deverá privilegiar a disponibilidade de recursos que poderão ser acessados pelo agricultor considerando seu ambiente e o seu modo de fazer.

### 3.3 LEVANTAMENTO DOS DADOS E PROCEDIMENTOS DAS ANÁLISES

Para o levantamento dos dados quantitativos utilizou-se as informações contidas na base de dados da empresa, relacionadas aos seguintes aspectos:

1. Perfil socioeconômico, (faixa etária, gênero, renda, estado civil, fonte de renda, grau de escolaridade, ocupação declarada) utilizou-se os dados que foram levantados durante o cadastramento dos associados no ano de 2012 e aplicou-se o questionário (APÊNDICE A), no ano de 2014. Os dados quantitativos coletados foram consolidados e os resultados transformados em histogramas, os quais foram analisados de acordo com os parâmetros apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Perfil socioeconômico das associações assistidas e não assistidas - 2012 a 2014.

<b>Indicadores</b>	<b>Resultados</b>
Renda x faixa etária	Verificar se a faixa etária influencia na evolução da renda.
Renda x fontes de renda	Evidenciar as alterações nas fontes de renda consideradas como principais.
Renda x nível de escolaridade	Verificar se o nível de escolaridade influencia na evolução da renda.
Renda x ocupação declarada	Verificar se a ocupação influencia na evolução da renda.
Renda x gênero	Verificar a atuação do gênero feminino nas atividades rurais.

Fonte: Autoria própria

2. Demandas prioritárias – é o conjunto de demandas apresentadas pelos associados durante as oficinas de diagnóstico através da ferramenta Linha da Vida. Estas demandas (ANEXO C) foram sistematizadas em relatórios e priorizadas considerando sua frequência, sendo classificadas em educação, saúde, geração de renda, emprego, infraestrutura e organização social conforme apresenta a Tabela 5:

Tabela 5 - Classificação das demandas prioritárias

<b>Classificação</b>	
Educação	Reforma e ampliação de escola e melhorias no acesso.
Saúde	Demandas relacionadas ao saneamento básico, posto saúde, coleta de lixo, ambulância, médicos, agente de saúde, medicamentos, hospital.
Geração de renda	Acesso a linha de crédito, incentivo a produção agrícola, atividade pastoril e florestal.
Emprego	Acesso a empregos.
Infraestrutura	Demandas relacionadas a transporte, moradia, energia elétrica, iluminação pública, estradas.
Organização social	Demandas estruturantes, como DAP física dos associados, DAP jurídica, etc.

Fonte: Autoria própria

3. Caracterização do nível de maturidade (ANEXO D) das associações – para a avaliação de evolução do nível de maturidade das associações foram consideradas as práticas de gestão relacionadas aos aspectos de aderência ao Marco Legal<sup>14</sup>, Gestão financeira, Governança, Comunicação, Gestão de Pessoas e Planejamento estratégico, conforme apresenta na Tabela 6:

Tabela 6 - Nível de maturidade das associações assistidas no período de 2012 a 2014.

<b>Classificação</b>	<b>Especificação das práticas</b>
Adequação ao Marco legal	Alteração do nível de aderência das associações relacionado ao código civil e tributário.
Gestão Financeira	Alteração no número de práticas de gestão financeira adquiridas no período e evolução na formação de capital de giro, que evidencia o aumento da autonomia financeira das associações.
Governança	Alteração no número de práticas de governança adquiridas, evidenciando o nível de transparência adquirido.
Comunicação	Alteração do número de práticas de comunicação com o ambiente externo adquiridas, que evidenciam o aumento da capacidade de articulação das associações.
Gestão de pessoas	Alteração no número de práticas de gestão de pessoas adquiridas, evidenciando o estabelecimento de um processo de sucessão.
Planejamento Estratégico	Alteração no número de práticas de planejamento estratégico adquiridas, evidenciando a capacidade do grupo de estabelecer metas de longo prazo.

Fonte: Autoria própria

É através da variação do número de práticas de gestão adotadas que se avalia a situação da maturidade de cada uma das dimensões classificadas em: a implantar, em implantação, em consolidação e consolidadas.

De acordo com GOMES (2005b), a Tabela 7 indica três níveis de erro amostral: 3%, 5% e 10%. Cada um deles está subdividido em dois níveis de *split* diferentes. O *split* na tabela de amostragem demonstra o nível de variação das respostas na pesquisa,

<sup>14</sup> Marco Legal - Toda a legislação que rege um determinado assunto.



isto é, o grau de homogeneidade da população. Uma população mais homogênea é aquela que possui características semelhantes como nível de renda, idade, sexo, etc. Na tabela abaixo, um *split* de 50/50 indica muita variação entre as respostas dos respondentes (população mais heterogênea). Já um *split* de 80/20 indica uma menor variação nas respostas (população mais homogênea).

Os dados quantitativos consideram um universo composto por 363 famílias organizadas em oito associações que participam do PDRT desde 2012. Outras 55 famílias pertencentes a quatro associações, que não participam do PDRT, terão seus dados levantados, os quais serão utilizados como grupo de controle. O número de famílias que faz parte do grupo de controle foi estabelecido considerando os parâmetros mostrados na Tabela 7.

Tabela 7 - Identificação do tamanho da amostra em relação à população e o erro amostral

População	Erro Amostral = +/- 3%		Erro Amostral = +/- 5%		Erro Amostral = +/-10%	
	Split 50/50	Split 80/20	Split 50/50	Split 80/20	Split 50/50	Split 80/20
100	92	87	80	71	49	38
250	203	183	152	124	70	49
500	341	289	217	165	81	55
750	441	358	254	185	85	57
1.000	516	406	278	198	88	58
2.500	748	537	333	224	93	60
5.000	880	601	357	234	94	61
10.000	964	639	370	240	95	61
25.000	1.023	665	378	243	96	61
50.000	1.045	674	381	245	96	61
100.000	1.056	678	383	245	96	61
1.000.000	1.066	678	383	245	96	61
100.000.000	1.067	683	384	246	96	61

Fonte: Gomes (2005b)

O Universo populacional da pesquisa apresentado na Tabela 8 foi construído, utilizando como referência a Tabela 7.

Tabela 8 - Universo populacional da pesquisa

<b>Universo a ser pesquisado<sup>15</sup></b>	<b>363 famílias</b>
Nível de confiança	95%
Erro amostral	10%
Split	80/20
Amostra	55

Fonte: Adaptada de Gomes (2005b)

Para o levantamento das informações qualitativas relacionadas às percepções dos avanços obtidos, resultantes da parceria entre as associações e a Fibria, aplicou-se o questionário (APÊNDICE B) semiestruturado em quatro representantes de cada associação, sendo necessário estar participando do programa desde 2012. Foram considerados os seguintes critérios de seleção:

- a. Dois associados que participaram da diretoria ou presidência da associação.
- b. Dois associados que nunca participaram da diretoria ou presidência da associação.
- c. Uma pessoa do sexo masculino e uma do sexo feminino.
- d. Todos os entrevistados tinham a faixa etária entre 18 e 60 anos.

Atualmente o programa atende vinte e cinco associações e uma cooperativa (CAVI), porém para o estudo proposto, foram analisadas as oito mais antigas. Estas associações são as seguintes: aquelas que estão localizadas no município de Nova Viçosa (Rio do Sul e Helvécia), Caravelas (Juerana e Espora Gato) e no município de Alcobaça (Itaitinga, Pouso Alegre, Novo Destino e Ribeirão). Além destas associações, foram também analisadas associações que não participam do programa, dentre elas: Campo Verde (Alcobaça - BA), Oiteiro (Prado - BA), Nova Cravilina e Km 60 (Caravelas - BA).

<sup>15</sup> Considerou-se aqui o total da população de associados incluindo as associações participantes do PDRT e aquelas famílias pertencentes ao grupo de controle.

## 4 RESULTADOS DAS ANÁLISES DOS DADOS

Neste capítulo será realizada uma abordagem para apresentar a evolução dos impactos e as possíveis melhorias que ocorreram no desenvolvimento sócioeconômico das associações assistidas pelo PDRT, bem como apresentar os resultados comparativos das associações que pretendem participar do programa.

### 4.1 PERFIL SÓCIOECONÔMICO - A EVOLUÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES

De acordo com os questionários aplicados, observou-se a evolução nas associações assistidas, a partir da implantação do programa até 2014, ano em estudo. As condições foram mais favoráveis para o desenvolvimento da produção nas associações, além de ampliar o acesso às políticas públicas, dentre outros vários benefícios alcançados.

A Figura 5 demonstra o perfil do público selecionado quanto à faixa etária das associações assistidas e não assistidas nos anos de 2012 a 2014. Pode-se observar no ano de 2012 que, 14% correspondem aos associados com idade de 18 a 30 anos, 27% corresponde a faixa etária de 31 a 40 anos de idade, 19% está na faixa etária de 41 a 50 anos, 23% na faixa entre 51 a 60 anos e os associados acima de 61 anos correspondem a 17%. No ano de 2014, mostra que, 13% representam os associados com idade entre 18 a 30 anos, 34% representa os associados na faixa de 31 a 40 anos de idade, 44% representam os associados na faixa etária de 41 a 50 anos de idade e 9% dos associados com idade de 51 a 60 anos. Percebe-se que a faixa etária no ano de 2012 era mais distribuída com relação ao ano de 2014. Notou-se um crescimento na faixa etária entre 41 a 50 anos e que também foi considerável o crescimento correspondente a 31% na faixa mais produtiva que é entre 31 a 40 anos.

E analisando a Figura 5, com o propósito de comparar a faixa etária das associações não assistidas pelo programa e correlacionando com os índices das associações que participam do programa em 2014, observa-se que os entrevistados com idade de 20 a 30 anos correspondem apenas a 6%; os associados com idade

de 31 a 40 anos, correspondem a 44%; os entrevistados com idade de 41 a 50 anos correspondem a 19% e os mais idosos, de 51 a 60 anos correspondem a 31%. Percebe-se uma menor proporção de jovens nas associações não assistidas e que a proporção de pessoas com mais de 51 anos neste grupo é bem maior do que no grupo das associações assistidas.

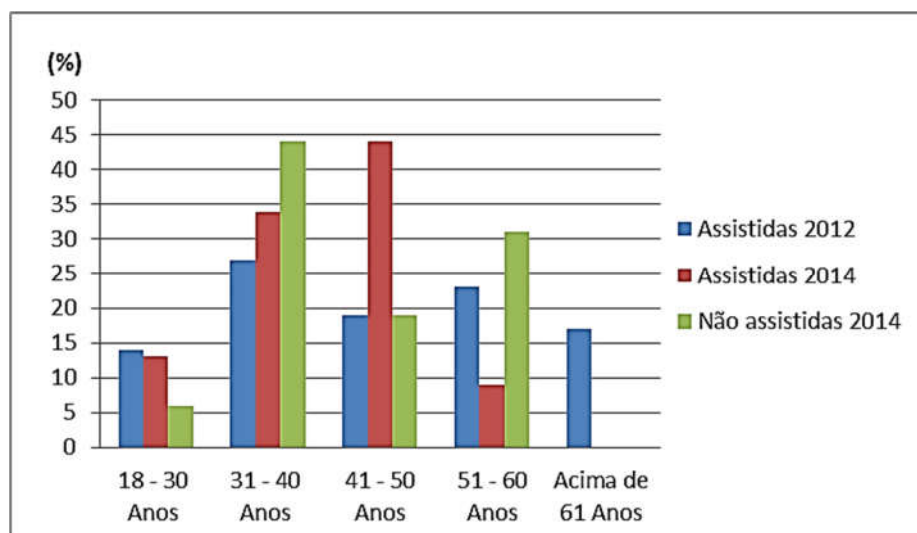


Figura 5 - Faixa etária das associações assistidas 2012 e 2014 e as não assistidas.  
Fonte: Elaborado pelo autor

Segundo Abramovay et al. (1998, p. 15-16):

O êxodo rural nas regiões de predomínio da agricultura familiar atinge hoje as populações jovens com muita ênfase que em momentos anteriores. Ao **envelhecimento** acopla-se, mais recentemente, um severo processo de **masculinização** da juventude. As moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes. Este “viés de gênero” não parece estar ligado a oportunidades particularmente favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas á precariedade das perspectivas assim como ao papel subalterno que continuam a ter as moças no interior das famílias de agricultores. Diferentemente do que ocorria até o final dos anos 60, o horizonte que consistia em reproduzir quase automaticamente-em um quadro social marcado pelas foças dos laços comunitários – os papéis tradicionais de mãe e esposa é cada vez mais longínquo. Por um lado, são mais escassas as possibilidades objetivas de formação de novas unidades familiares de produção. Por outro, são maiores as alternativas que dispõem as jovens àquele que foi o destino secular de suas antepassadas.

Verifica-se na Figura 6 que 74% dos associados no ano de 2012 são do sexo masculino e 26% correspondem ao sexo feminino. E no de 2014, nota-se que 59% corresponde ao sexo masculino e que o sexo feminino elevou o índice para 41%. E

comparando a distribuição de gênero nas quatro associações não assistidas pelo programa, o sexo masculino corresponde a 56% dos entrevistados e 44% correspondem ao sexo feminino. Portanto, nas oito associações analisadas em 2014, percebe-se um equilíbrio na distribuição dos gêneros entre os grupos pesquisados. Conclui-se que o sexo masculino continua mais evidente, mas que o número de mulheres aumentou nestas associações.

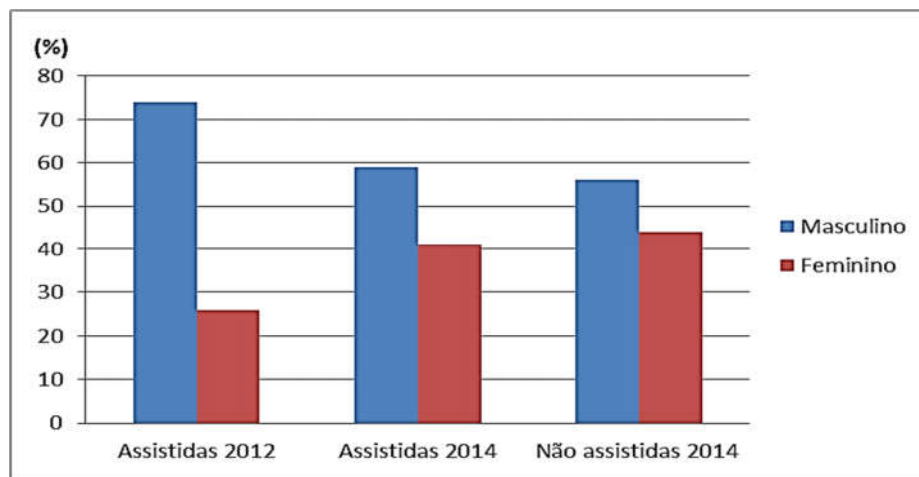


Figura 6 - Distribuição de gênero nas associações assistidas em 2012 e 2014 e as não assistidas.  
Fonte: Elaborado pelo autor

Na Figura 7 verifica-se a distribuição do estado civil dos associados, nas associações assistidas em 2012, 2014 e não assistidas pelo PDRT, nota-se que 50% corresponde a casados, 33% corresponde ao grupo dos solteiros, 5% representa os viúvos e 1% corresponde aos divorciados. Já no ano de 2014, verifica-se que, 44% deles são casados, 37% correspondem ao grupo que responderam outros, 16% representam o grupo dos solteiros e 3% correspondem aos divorciados.

Ainda na Figura 7, referente ao estado civil, verifica-se que no ano de 2014, 81% dos entrevistados são casados, 7% correspondem ao grupo dos solteiros, 6% correspondem aos divorciados e 6% responderam outros. Verifica-se que o grupo dos casados corresponde ao maior índice nas associações não assistidas, o que significa um indicador favorável ao programa, pois quanto maior for a solidez da unidade familiar, a perspectiva é que aconteça o fortalecimento das atividades agrícolas, mas também pode ser um indicador de que a falta de assistência a estas

comunidades está provocando a evasão dos jovens e solteiros em busca de melhores oportunidades.

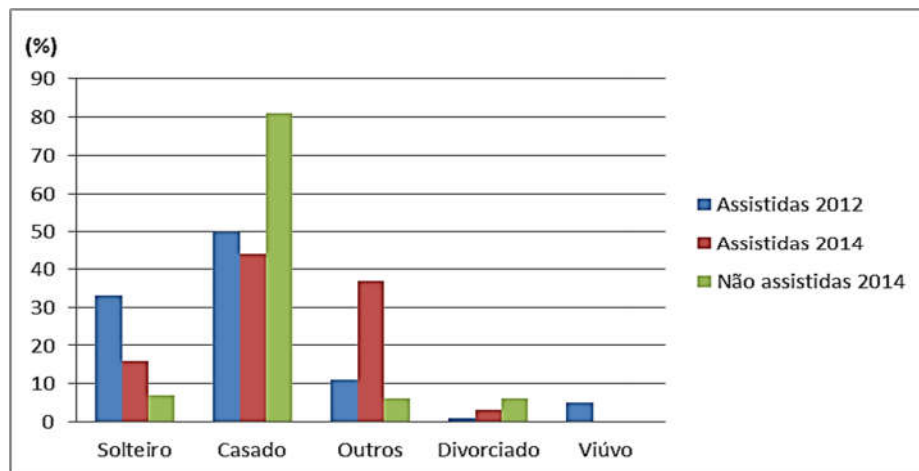


Figura 7 - Estado Civil dos entrevistados nas associações assistidas em 2012 e 2014 e as não assistidas.

Fonte: Elaborado pelo autor

No perfil socioeconômico, retratado na Figura 8, quanto à renda das famílias em 2012, verifica-se que 94% dos entrevistados recebem renda de até 1 salário mínimo, 5% corresponde a renda de 2 a 4 salários mínimos e 1% apenas com renda acima de 4 salários mínimos. Porém, no ano de 2014, conforme Figura 8, observa-se que a renda de 2 a 4 salários mínimos corresponde a renda familiar declarada de 56% dos entrevistados e 44% deles declararam renda de até 1 salário mínimo. Percebe-se então que a renda familiar teve melhora com a chegada do PDRT nas associações assistidas, pois o índice salarial de 2 a 4 salários encontra-se em evidência.

Verifica-se também, na Figura 8, que a renda familiar declarada das associações não assistidas pelo programa, 56% corresponde até 1 salário mínimo e 44% corresponde de 2 a 4 salários mínimos. Comparando esses resultados com a renda familiar declarada em 2014 nas associações assistidas, percebe-se um crescimento significativo na faixa salarial de 2 a 4 salários mínimos, sinalizando que a participação das associações no PDRT é uma perspectiva favorável ao desenvolvimento socioeconômico.

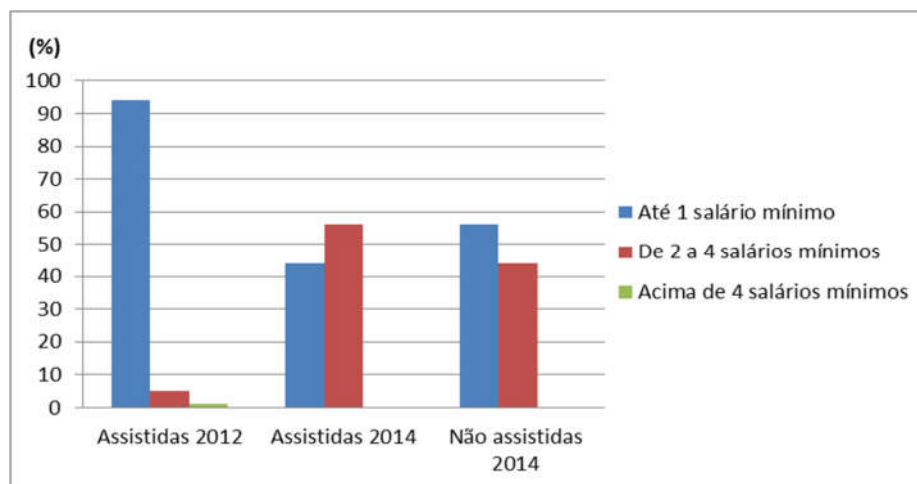


Figura 8 - Renda familiar declarada dos associados das associações assistidas em 2012 e 2014 e as não assistidas.

Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre vários fatores que influenciaram para esse resultado positivo foi o incentivo por busca de melhorais no processo de produção e o apoio na comercialização dos seus produtos, como relatou Agnalda Aparecida Francisco, moradora da comunidade de Helvécia: “o acesso a terra, a comercialização, antes tinha os produtos e não sabia para quem entregar esses produtos a gente jogava fora” (informação verbal)<sup>16</sup>, então, com as parcerias estabelecidas entre os produtores, atravessadores e políticas públicas. Dessa forma, foi ampliada a rede de distribuição otimizando a produção de alimentos, convertendo-a em renda.

Analisando a Figura 9, nota-se que o grau de escolaridade no ano de 2012 estava assim distribuído: 17% analfabetos, 56% dos associados tinha o ensino fundamental incompleto, 9% com fundamental completo, 4% médio incompleto, 10% com ensino médio completo, 3% superior incompleto e 1% com superior completo. Porém, no ano de 2014, conforme mostra a Figura 9, verifica-se que 6% ainda são analfabetos, 22% tem ensino fundamental incompleto, 25% dos entrevistados tem o ensino fundamental completo, 16% com ensino médio incompleto, 12% tem o ensino médio completo, 6% superior incompleto e 13% superior completo. Isto vem mostrar que em pouco tempo o grau de escolaridade dos associados assistidos melhorou consideravelmente.

<sup>16</sup> Informação fornecida por Agnalda Aparecida Francisco, na entrevista realizada em 2014.

Ainda na Figura 9, observa-se que 38% dos associados não assistidos possuem o ensino fundamental completo; 31% possuem o ensino fundamental incompleto, e 31% dos associados possuem o ensino médio completo. Observa-se que não foram identificados associados com ensino médio incompleto e nem ensino superior completo e incompleto. Comparando estes resultados com a escolaridade das associações assistidas pelo programa, percebe-se que no ano de 2014, a escolaridade atingiu um processo evolutivo bem mais privilegiado, pois os níveis de formação são considerados superiores.

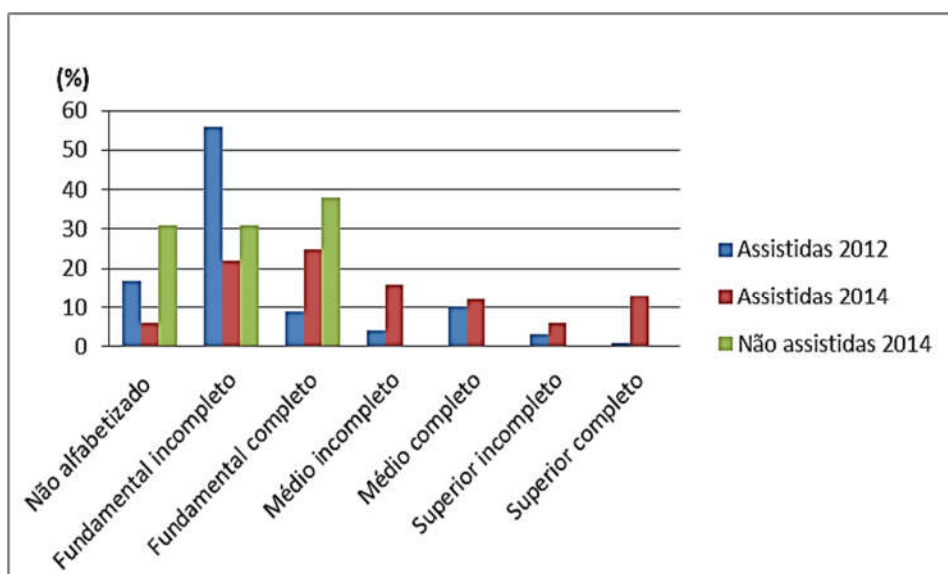


Figura 9 - Grau de escolaridade dos associados das associações assistidas em 2012 e 2014 e as não assistidas.

Fonte: Elaborado pelo autor

A necessidade de adquirir conhecimento corrobora para o desenvolvimento não somente pessoal, mas também local. Após a implantação do PDRT, os produtores rurais, passaram a ter ciência de seus direitos e a possibilidade do desenvolvimento de suas associações, pode-se dizer também, que é uma forma de obtenção de conhecimento. Por se tratar em grande maioria de agricultores, a atividade trabalhista desenvolvida necessita basicamente de trabalho manual e conhecimento empírico. Mas com a escolaridade, o agricultor amplia sua visão de mundo e passa a buscar seus direitos como trabalhador, possibilita a aquisição de novas técnicas de plantio e novas parcerias. É o que acontece nas associações assistidas pelo PDRT,



pois estão procurando cada vez mais conhecimento e se capacitando por meio de cursos oferecidos pelo programa.

Esse cenário remete a conscientização na relação entre a busca pelo conhecimento e a melhoria na qualidade de vida, como se observa no trecho da entrevista realizada:

[...] na realidade quando a associação foi formada, eu saí da comunidade para fazer um curso de técnico em agropecuária já visando justamente essa finalidade de trabalhar num grupo dentro de minha comunidade, iria me ajudar muito, principalmente na parte econômica (informação verbal)<sup>17</sup>.

No ano de 2012, a ocupação declarada das associações assistidas pelo programa, como mostra a Figura 10, foi de 69% dos associados se declaram agricultores, 27% declararam outro tipo de ocupação, 3% trabalham em regime de CLT e 1% declara ser pecuarista. Verifica-se que no ano de 2014, 82% se declararam serem agricultores, um aumento considerável, 14% não declararam a ocupação e 4% trabalham em regime de CLT. Com relação a distribuição de ocupação nas associações não assistidas pelo programa no ano de 2014, observa-se que, a maioria dos entrevistados, 62%, declararam ser agricultores, 19% declararam ser servidores públicos, 13% declararam que trabalham em regime de CLT e 6% declararam ser tratorista/motossarista. Percebe-se que os associados declarados agricultores prevalecem nas associações não assistidas, mas são em menor número do que nas associações assistidas.

Na Figura 11 a seguir, verifica-se a distribuição da fonte de renda nas associações assistidas em 2012 e 2014 e as não assistidas pelo PDRT. Nota-se que em 2012 a renda proveniente da agricultura/pecuária é de 13%, a aposentadoria corresponde a 4%, a bolsa família representa 35% da renda, outras atividades a 41% e 7% sob o regime da CLT. No ano de 2014, 47% dos associados assistidos declaram como fonte de renda proveniente da agricultura/pecuária, 6% à aposentadoria, a bolsa família corresponde a 16% da fonte de renda, 10% da renda são provenientes de outras atividades e 21% sob o regime da CLT. Ainda na figura 11 observa-se que nas associações não assistidas no ano de 2014, a agricultura/pecuária representa

---

<sup>17</sup> Informação fornecida por Werles Gomes, presidente da Associação Novo Destino, Alcobaça/BA (2014).

12% da renda dos entrevistados, a aposentadoria corresponde a 34%, a bolsa família 17%, 14% declaram como fonte de renda outras atividades e 23% sob o regime da CLT.

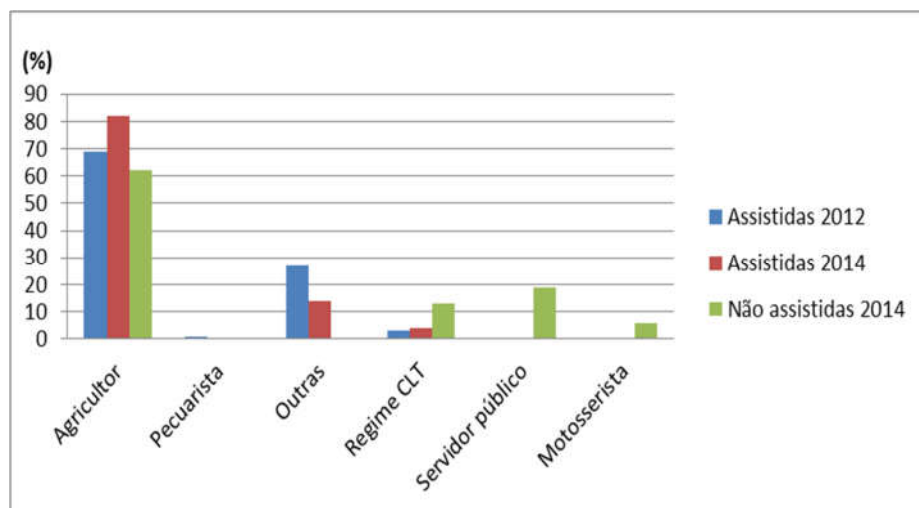


Figura 10 - Ocupação declarada dos associados das associações assistidas pelo PDRT no ano de 2012 e 2014 e nas associações não assistidas.

Fonte: Elaborado pelo autor

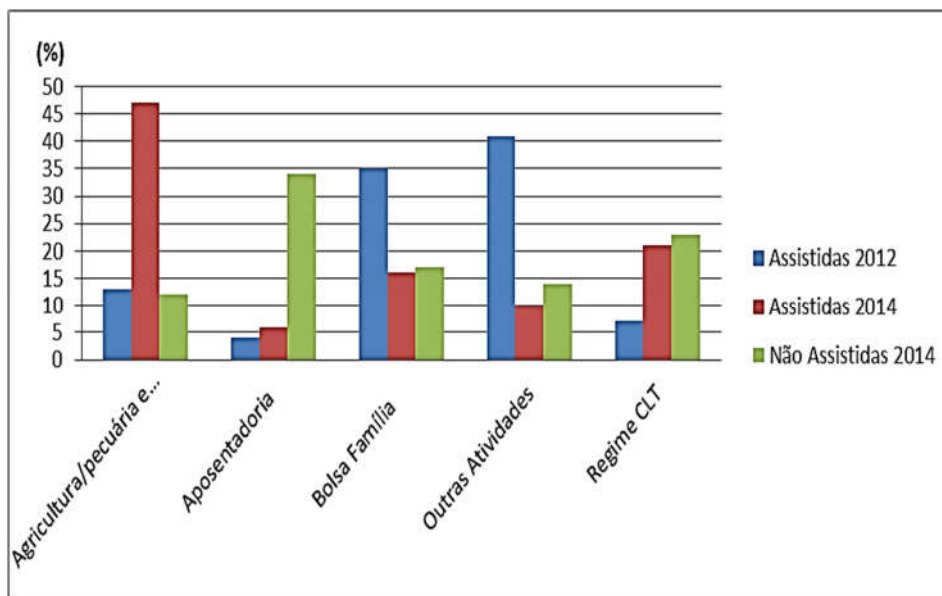


Figura 11 - Distribuição da fonte de renda nas associações assistidas em 2012 e 2014 e as não assistidas.

Fonte: Elaborado pelo autor

É notável a evolução das associações assistidas, no que diz respeito às questões socioeconômicas, comparando com as associações não assistidas pelo PDRT. Na entrevista realizada em 2014, destaca-se um trecho da fala de Maria Souza Santos, moradora de Caravelas/BA, associação Km 60, onde não possui a assistência que o PDRT proporciona “a associação não tem fundo de reserva [...], transporte escolar de péssima qualidade, ausência de verbas do município, desemprego, só três pessoas que trabalham para empresas” (informação verbal)<sup>18</sup>, sendo assim, a precariedade está concretada na falta de infraestrutura e na falta de parcerias com o município, bem como acesso às políticas públicas.

#### 4.2 DEMANDAS EQUACIONADAS PELAS ASSOCIAÇÕES ATENDIDAS PELO PDRT - NO PERÍODO DE 2012 A 2014

Para atender as solicitações das associações assistidas pelo programa foi necessário desenvolver um instrumento de pesquisa, para facilitar a organização por ordem de prioridades (ANEXO D). No início da implantação do programa, as associações, de acordo com sua realidade, descreveram as suas necessidades. E dentro deste contexto, e de acordo com as premissas prescritas no programa, procurou-se atender tais demandas, conforme as prioridades.

A Figura 12 apresenta as demandas prioritárias levantadas nas associações assistidas nos anos de 2012 a 2014. Nas demandas relacionadas à comunicação, verifica-se que no ano de 2012, 75% dos entrevistados detectaram necessidades, sendo que as maiores reivindicações eram o acesso à internet, celular, telefone fixo e computadores de uso comunitário. Os avanços são significativos, pois no ano de 2014, estas demandas foram apontadas por apenas 33% dos entrevistados. Com relação ao fortalecimento da produção, verifica-se que 50% deles apontaram haver problemas a serem solucionados (assistência técnica, acesso à água para irrigação, renovação do contrato de comodato com a Fibria). Em 2014, apenas 6% dos

---

<sup>18</sup> Informação fornecida por Maria Souza Santos, na entrevista em 2014.

entrevistados ainda apontaram alguma necessidade. Percebe-se, assim, que muitas dessas demandas foram atendidas.

Ainda na Figura 12, verifica-se que as demandas de geração de emprego e renda, em 2012, foram apontadas por 88% dos entrevistados e, no ano de 2014, apenas 16%, nota - se avanços evidentes. No ano de 2012, verifica-se que as demandas no setor de gestão de pessoas foram apontadas por 63% dos entrevistados, já em 2014, este percentual caiu para 33%. As demandas no setor de infraestrutura no ano de 2012 foram apontadas por 88% deles, enquanto que no ano de 2014 apenas 8%.

O setor de saúde que em 2012, era apontado como necessidade da associação por 75% (acesso à água tratada, melhorias no posto de saúde, saneamento básico, acesso a medicamentos, agente de saúde comunitário), caiu para 4% em 2014.

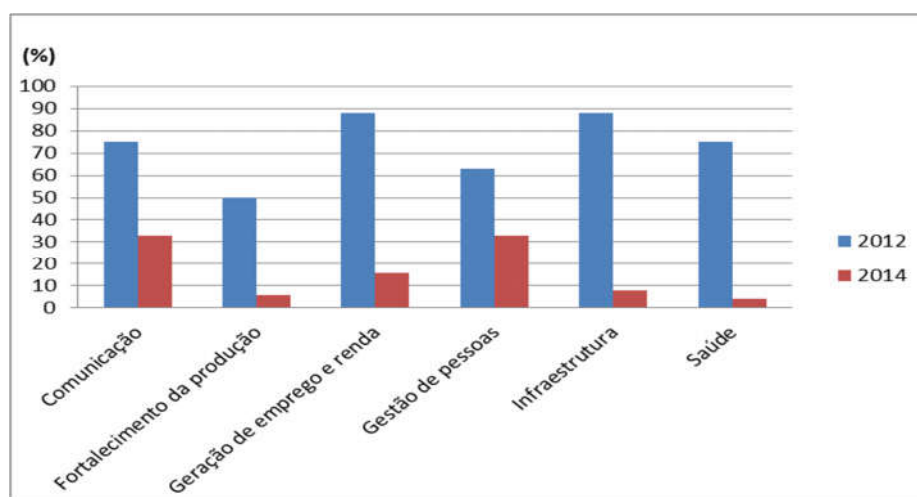


Figura 12 - Levantamento das demandas prioritárias nas associações assistidas nos anos de 2012 a 2014.

Fonte: Elaborado pelo autor

Assim, por meio desta Figura 12, verifica-se que entre 2012 e 2014 houve considerável melhoria com relação às necessidades das associações assistidas pelo programa PDRT. Pois neste período, muitas atividades consideradas como estruturantes foram atendidas, conforme informa Djalma "(...) eu tinha uma casa de taipa, hoje é de alvenaria, andava de bicicleta, hoje tenho carro, estudo dos filhos"

(informação verbal)<sup>19</sup>. Evidencia-se que 56% dos entrevistados consideram que o fortalecimento da produção teve grandes avanços com relação ao acesso à terra, a máquinas, implementos agrícolas, acesso a insumos e assistência técnica.

Durante este período, verificou-se, também, que conseguiram conquistas com relação às linhas de crédito, através de acesso ao programa ReDes (Redes de Desenvolvimento Sustentável), parceria entre BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e Instituto Votorantim – construção de quatro galpões de classificação e acondicionamento de produtos e a construção da unidade de empacotamento de farinha de mandioca da CAVI (Cooperativa dos Agricultores do Vale do Itaitinga) na comunidade de Pouso Alegre/Alcobaça – BA.

Evidências no relato da entrevista realizada com Nerivaldo Oliveira do Couto:

“[...] o PDRT chegou para poder causar um impacto muito grande, favorável à comunidade, o apoio, a parceria e o investimento que ele tem feito na associação. Como por exemplo: o fornecimento de hora/máquina, fertilizantes, defensivos, sementes, cursos, treinamentos, assistência técnica e além do apoio financeiro, tem aquele apoio das conversas, diálogos, percebemos também que na comunidade as pessoas mudaram o modo de pensar, deu uma melhoria na estrutura das moradias, dos banheiros, muitos associados tem os seus meios de transporte, devido a condição financeira ter melhorado, alguns jovens tem acessado ingressar na faculdade, facilidade para a produção coletiva e a comercialização dos produtos” (informação verbal)<sup>20</sup>.

Com relação às atividades de beneficiamentos, a Associação de Espora Gato (Caravelas – BA), assistida pelo programa, solicitava uma implantação de uma marcenaria para fabricação de móveis. O presidente da associação organizou internamente e conseguiu efetivar a implantação. “A procedência da minha renda é trabalhar com móveis rústicos e também com a agricultura” (informação verbal)<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Informação fornecida por Djalma Puciano, associado da Associação de Pouso Alegre, entrevista em 2014.

<sup>20</sup> Nerivaldo Oliveira de Couto, presidente da Associação de Itaitinga, Alcobaça – BA.

<sup>21</sup> Informação fornecida por Cláudio Olímpio, presidente da Associação de Espora Gato, Caravelas – BA.

### 4.3 EVOLUÇÃO DO NÍVEL DE MATURIDADE

Dentre os diversos instrumentos qualitativos que compõem o programa PDRT, o chamado nível de maturidade da associação foi idealizado com o propósito de avaliar a organização de cada associação que solicitava participar do programa. Dessa forma, organizou indicadores para diagnosticar os níveis compatíveis aos aspectos relacionados à adequação do marco legal vigente, à gestão financeira, à governança, à comunicação, à gestão de pessoas, e ao planejamento estratégico, e subdividido com questões direcionadas para medir e especificar o nível em que se encontra a associação com relação a sua organização (ANEXO D).

Em evidencia, observa-se na Figura 13 que em 2012, 5% dos entrevistados possuíam a DAP (Documento de Aptidão ao PRONAF), um dos indicadores relacionado ao nível do Marco legal e que em 2014 este percentual subiu para 85%. Já com relação à DAP Jurídica verifica-se que 62,5% das associações já passaram a usufruir da DAP Jurídica.

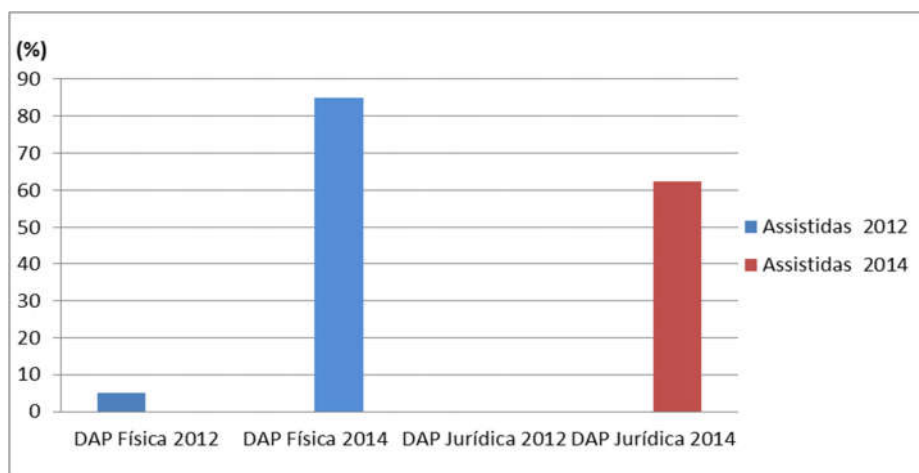


Figura 13 - Nível de acesso a DAP das associações assistidas em 2012 e 2014.  
Fonte: Elaborado pelo autor

Ressalta-se que com a aquisição da DAP Física ou Jurídica, o produtor familiar garante o acesso às mais variadas políticas públicas como, por exemplo, “participar de políticas para a agricultura familiar, como financiamento da habitação rural e Programa de Aquisição de Alimentos do governo [...] permitir o acesso ao crédito rural em condições especiais de juros e pagamento” (AGRONEGÓCIOS, 2013). Os

associados passaram a ter acesso e “conhecimento também na parte de alguns programas do governo [...] a conhecer mais as políticas públicas, principalmente com a chegada do PDRT” (informação verbal)<sup>22</sup>.

Antes da análise dos dados seguintes, faz-se necessário apresentar algumas definições de variáveis utilizadas para definir o grau de maturidade das associações.

Assim tem-se:

- Marco Legal Vigente entende-se como sendo um conjunto de quesitos legais que refletem o nível de aderência das associações relacionado ao código civil e tributário, por exemplo: CNPJ, estatuto, atas, regimento interno, Inscrição estadual e DAP;
- Gestão Financeira entende-se como sendo o número de práticas de gestão financeira adquiridas no período e evolução na formação de capital de giro, que evidencia o aumento da autonomia financeira das associações, por exemplo: recebimento de mensalidades, movimentação bancária, controle de compras, vendas, estoques e patrimônio;
- Governança entende-se como sendo o número de práticas de governança adquiridas, por exemplo, conselho executivo, estatuto, regimento interno, capacitação, reuniões, atas, calendário e prestação de contas;
- Comunicação entende-se como sendo o número de práticas de comunicação com o ambiente externo adquiridas, que evidenciam o aumento da capacidade de articulação das associações, como por exemplo: Comunicação com as partes interessadas, ofícios, atas de reuniões, relatórios, parcerias estabelecidas e conexões com outras redes;
- Gestão de Pessoas entende-se como sendo o número de práticas adquiridas, evidenciando o estabelecimento de um processo de sucessão, por exemplo, registros dos associados, organograma, grupos de trabalho coletivos, participação na elaboração do regimento, capacitação, mediação de conflitos, uso de EPIs e controles de insumos;
- Planejamento Estratégico entende-se como sendo o número de práticas de planejamento adquiridas, evidenciando a capacidade do grupo de estabelecer

---

<sup>22</sup> Informação fornecida por Werles Gomes, na entrevista realizada em 2014.

metas de longo prazo, por exemplo; missão, visão, valores, pontos de atenção, as fortalezas, as ameaças, planejamento e orçamento anual, fonte de financiamento, distinção entre o urgente e o importante.

A Figura 14 apresenta o grau de maturidade, no ano de 2012, nas oito associações que estavam iniciando a sua adesão ao programa PDRT, e a situação no ano de 2014. Com relação ao nível de adequação ao Marco Legal Vigente, constatou-se que no ano de 2012 as associações estavam com 70,3% das práticas estabelecidas, tais como a assembleia de aprovação do estatuto já realizada, com ata elaborada e a ata da assembleia de constituição e o estatuto já registrado no cartório. Quase todas com o CNPJ e a Inscrição Estadual (apenas a Associação de Itaitinga que ainda não tinha solicitado a Inscrição estadual). Em 2014, percebe-se que foram consolidados 74,3% destas práticas, logo, evidencia-se que houve avanço. Com relação a este marco, destaca-se a Associação de Juerana (Caravelas), conseguiu se organizar todos os procedimentos referentes ao Marco Legal Vigente.

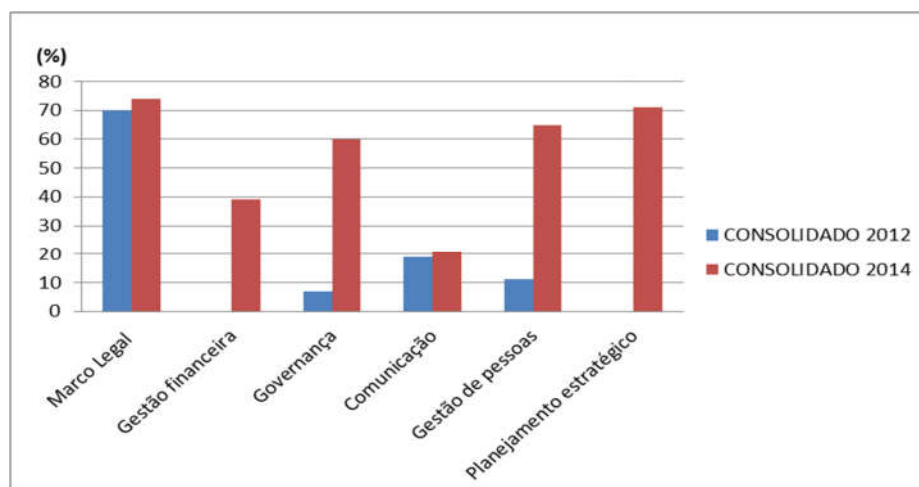


Figura 14 – Comparação do nível de maturidade das associações assistidas nos anos 2012 e 2014.  
Fonte: elaborado pelo autor

Nesta figura 14 ainda verifica-se, com relação à Gestão Financeira, que no ano de 2012, as oito associações assistidas pelo PDRT, não possuíam nenhuma prática financeira consolidada. No entanto, comparando com o ano de 2014, nota-se que foram consolidadas 39,3% das práticas estabelecidas. Porém, ainda precisam ser implementadas práticas com relação à implantação da gestão de compras, de



recebimento de vendas a cliente, de controle sobre o percentual de participação de vendas além dos procedimentos de controle patrimonial.

Com relação à Governança, verifica-se na Figura 14 que ano de 2012, as associações conseguiram consolidar apenas 7,1% das práticas estabelecidas para a governança, correspondendo à prática relacionada à organização e definição claramente das funções e das responsabilidades do conselho no estatuto da associação. No entanto, no ano de 2014, nota-se que as associações assistidas conseguiram avançar na consolidação de 60% do número das práticas na governança.

Ainda na Figura 14, pode-se observar que o nível de Comunicação no ano de 2012 era de 18,8% das práticas de comunicação consolidadas. Na Associação Rio do Sul, neste referido ano, já existiam espaços e procedimentos que possibilitavam que a informação circulasse adequadamente entre os membros da Associação, pois já adotavam canais de comunicação com suas partes interessadas, e também já mantinha seus parceiros financiadores informados sobre a gestão dos recursos recebidos e os benefícios gerados por eles. No ano de 2014, constata-se, que apenas 21,4% das práticas foram consolidadas. Percebe-se que poucos avanços aconteceram neste período. Denotando que as associações ainda não conseguiram estabelecer suas estratégias de comunicação.

Na Gestão de Pessoas, verifica-se pela Figura 14 que apenas 11,2% das práticas pertinentes à gestão de pessoas estavam consolidadas. Apenas a Associação Rio do Sul (Nova Viçosa), que neste ano se destaca, pois conseguiu organizar alguns procedimentos, tais como: regulamento interno definido com a participação de seus associados para estabelecer as normas de trabalho; organizou um sistema de rodízio de responsabilidades e funções para dar oportunidade de renovação e aprendizado a seus integrantes e também desenvolveu habilidades para reconhecer a existência de conflitos e de contradições entre os integrantes da associação. No ano de 2014, verificou-se que 65,4% das práticas foram consolidadas. Neste quesito, destacaram-se as Associações de Juerana (Caravelas), Rio do Sul (Nova Viçosa) e Itaitinga (Alcobaça).

Com relação ao Planejamento Estratégico, Figura 14, verifica-se que no ano de 2012 não era aplicada nenhuma prática de planejamento, ou seja, nenhuma associação entendia o que era planejar, elaborar um programa anual de atividades, diferenciar entre o urgente e o importante, para estabelecer suas prioridades ou até mesmo traçar os planos de trabalho da associação, definindo o orçamento anual e as fontes de financiamento. Já no ano de 2014 verifica-se que 71% das práticas estabelecidas foram consolidadas. Porém, ainda é necessário avançar na implementação de práticas quanto à questão de identificação de fortalezas e ameaças (situações e tendências do ambiente externo) que podem afetar seus trabalhos das associações.

Os indicadores do nível de maturidade evidenciam que ainda algumas associações não atingiram as práticas adequadas de gestão em geral, (Espora Gato e Novo Destino) carecendo ainda que sejam acompanhadas para que assim as associações possam adquirir autonomia suficiente para avançar em todos os níveis de maturidade, tornando-se independentes e fortalecidas para serem autossustentáveis. Mas nota-se que algumas já adquiriram um razoável grau de maturidade, o que vem reforçar a necessidade de programas que apoiem as associações dos pequenos produtores a se organizarem.

#### 4.4 BENEFÍCIOS PERCEBIDOS PELAS ASSOCIAÇÕES ASSISTIDAS E NÃO ASSISTIDAS EM 2014

No ano de 2014 foi realizada uma entrevista com 32 associados integrantes das oito associações assistidas pelo PDRT, com o propósito de levantar os benefícios percebidos com relação ao desenvolvimento da associação e também de analisar a percepção das associações não assistidas pelo programa. O autor deste trabalho realizou 55 entrevistas com os associados integrantes de quatro associações que não são atendidas pelo PDRT; essas associações estão localizadas nos municípios baianos de Prado (Oiteiro), Alcobaça (Campo Verde), e em Caravelas (Nova Cravilina e KM 60).

Conforme a Figura 15, verifica-se que os entrevistados das associações assistidas declararam que 10% acessam a cidadania, 4% percebem aumento de patrimônio, 4% dizem haver benefícios na comunicação, 43% confirmam benefícios no fortalecimento da produção, 4% afirmam haver aumento na geração de renda, 22% dizem haver uma evolução na gestão de pessoas e 13% conseguem perceber que acontece o planejamento estratégico. Com relação aos resultados das associações não assistidas, constatou-se que 14% afirmam ter a cidadania, 0% no aumento de patrimônio, 28% dizem que houve aumento na comunicação, 28% no fortalecimento da produção, 17% na geração de renda, 14% na gestão de pessoas e 0% no planejamento estratégico.

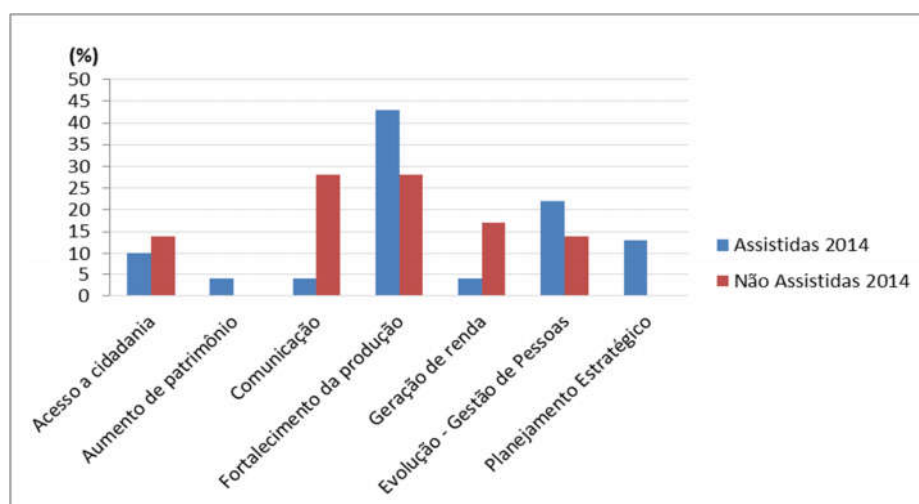


Figura 15 – Benefícios percebidos pelas associações assistidas e não assistidas em 2014.  
Fonte: Elaborado pelo autor

Nas respostas dos entrevistados nas associações assistidas, foram relatados que através do programa, as associações conseguiram o acesso à terra, ao preparo do solo, acesso à assistência técnica na agricultura, conseqüentemente, melhoria na alimentação e na qualidade de vida da comunidade.

Conforme o trecho da entrevista do presidente da Associação Novo Destino, Alcobaça – BA:

“(…) São benefícios desde a parte econômica como da própria parte de aprendizagem enquanto presidente de uma associação, em estar no dia-a-dia na convivência com as pessoas. Eu acredito no bom relacionamento com as empresas e parceiros (...) e as conquistas: acesso ao PAA, PNAE,

ao ReDes, um grupo mais coeso, mais unido. A associação sabe da sua importância na sociedade [...]” (informação verbal)<sup>23</sup>.

Nas entrevistas foram destacados 25% de benefícios na evolução de gestão de pessoas, evidenciando o acesso à aprendizagem, esperança de um futuro melhor, fortalecimento do grupo, mais vontade de trabalhar. Ressalta-se que foram ofertados cursos de associativismo e cooperativismo para todas as associações assistidas pelo programa.

O resultado das entrevistas realizadas destaca a percepção dos benefícios que podem ser alcançados pelas associações não assistidas e que desejam participar do programa. Os entrevistados conseguem perceber que 28% dos benefícios estão diretamente ligados à comunicação, além do acesso à comercialização dos produtos, às políticas públicas, ao PAA, melhoria também na comunicação da comunidade com a Fibria e o relacionamento com outras empresas.

Verifica-se que 28% dos benefícios ajudaram no fortalecimento da produção; acesso a insumos, à terra, ao preparo do solo e à assistência técnica. Hoje a renda das famílias das associações não assistidas, está centrada na coleta de pontas e galhos, de eucaliptos, que atendem as olarias, fornos de padarias e farinheiras da região. De acordo com os resultados apresentados, 17% acredita que a adesão ao PDRT lhes proporcionaria aumento de renda voltada para a agricultura, através do fortalecimento da produção, da busca por parcerias e compradores de seus produtos.

Portanto, os resultados evidenciam para as associações não assistidas que, a implantação do programa poderá favorecer o fortalecimento das associações. O trecho da entrevista realizada com Maria Souza Santos (51 anos, agricultora e técnica em enfermagem, presidente da Associação do Km 60, Caravelas/BA), evidencia que:

---

<sup>23</sup> Informação fornecida por Werles Gomes, presidente da Associação Novo Destino, Alcobaça/BA (2014).

“[...] o programa ajuda na parte agrícola, na aquisição de conhecimentos, encaminhar ofícios, solicitações de pedidos à empresa, acessar ao PNHR, legalização da documentação da associação com ajuda da (Fibria) que foi muito importante, pois possibilita acessar mais programas, que demora, mais um dia chega [...] o PDRT, já ouvi falar, é bom se viesse para a associação, o programa ajuda nas horas de trator, na irrigação, na assistência técnica” (informação verbal)<sup>24</sup>.

Os resultados das análises das entrevistas realizadas mostram que o programa PDRT é aceito de forma positiva, pois os benefícios favorecem o crescimento das associações e do desenvolvimento econômico na região do extremo sul baiano.

---

<sup>24</sup> Informação fornecida por Maria Souza Santos, presidente da Associação do Km 60, Caravelas/BA (2014).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O estudo realizado evidencia que as oito associações assistidas, percebem que o programa de desenvolvimento rural territorial (PDRT) fortalece as associações, pois favorece o acesso a informações, tecnologias, conseguem apoio e parcerias com os municípios em ações relacionadas à agricultura familiar e facilita o acesso a políticas públicas como o PNAE e PAA. Através dos resultados apresentados, observa-se que a renda das famílias aumentou, além da melhoria no perfil socioeconômico, maturidade das associações, a escolaridade e, conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida dos associados.

É notável a diferença socioeconômica entre as associações que fazem parte do programa, em relação àquelas que ainda não participam dele, pois possuem níveis diferentes de renda, escolaridade e produção agrícola. Os entrevistados das associações não assistidas mostram interesse em participar do programa e assim alcançarem benefícios. É perceptível através dos resultados da pesquisa realizada que o cenário remete ao desenvolvimento participativo do programa, tanto na infraestrutura como também na parte social das associações inseridas.

Ressalta-se que muitas demandas das associações que participam do programa precisam ser atendidas, principalmente nas áreas de transporte, educação, saúde e em especial saneamento básico. Recomenda-se que os representantes das associações busquem articulação junto ao poder público local, para conseguirem outros atores para conquistar novas parcerias, uma vez que os projetos podem ser desenvolvidos a curto, médio e longo prazo.

O modelo de dissertação desenvolvido sustenta que as metas desenhadas pela companhia na área de estudo, evidencia que a sustentabilidade é uma estratégia que está inter-relacionada com os *stakeholders*, criando valores para os negócios e para as comunidades. A companhia desenvolve as suas atividades de forma sustentável, minimizando riscos e maximizando oportunidades.

Recomenda-se monitorar os indicadores do programa (aumento do protagonismo individual e coletivo/trabalho em rede, fortalecer a gestão da associação, fortalecer as práticas de manejo ecológico da água e do solo, elaborar planos de transição agroecológica, aumentar a renda monetária e não monetária e formação das equipes técnicas) com o propósito de acompanhar a maturidade da associação, verificando sua autonomia para tornar-se autossustentáveis. Desta forma o programa cumpre o seu ciclo na linha da vida, e assim poderá oportunizar a adesão para outras associações que ainda não participam do programa, para se inscreverem solicitando a oportunidade.

Portanto, a pesquisa realizada amplia um leque de opções para futuros estudos, pois se percebe a necessidade de continuar monitorando, como o programa tem contribuído para que os participantes tenham garantido o acesso aos direitos fundamentais (políticas públicas previstas na constituição) e também através das ações de gestão, como o programa influencia os participantes a buscarem uma melhor formação educacional, que possa favorecer entendimento que desperte a importância da sucessão da diretoria da associação. Sugere-se também que sejam avaliadas outras instituições que fazem uso dos programas de responsabilidade social e ambiental para verificar se os mesmos apresentam resultados favoráveis ao desenvolvimento sustentável das regiões de abrangência.

Propõe-se que a Empresa Fibria faça o acompanhamento e verifique se o programa PDRT evoluiu nos próximos cinco anos, de forma que sua estrutura contemple índice de desenvolvimento local baseado em resultados positivos e com a participação dos parceiros e fornecedores, possam efetivamente, com objetiva participação local, atingir metas, que reflitam no desempenho.

É relevante também a recomendação para trabalhos futuros considerando, especificamente:

- Realização de uma pesquisa participativa com os jovens para detectar os problemas relacionados ao êxodo rural.
- Pesquisar o quanto é valorizada a escolaridade de quem é associado e de quem não participa da associação.

- Relação da comunidade com a empresa e governo na medida em que acessam as políticas públicas e novos editais de projetos.
- A importância da associação na vida dos associados nas comunidades que participam do programa, e naquelas que não participam relacionados ao associativismo e cooperativismo.
- Como o PDRT, através das ações de gestão, tem influenciado os participantes a buscarem uma melhor formação educacional.

A complexidade das diferentes realidades sociais, culturais e econômicas locais, impulsiona a companhia oportunizar o crescimento dessas associações buscando atender as demandas prioritárias. Contudo, não se pode afirmar que a chegada do programa PDRT contribui diretamente para elevar os índices do IDHM nos municípios de Alcobaça, Nova Viçosa e Caravelas – BA, em decorrência de não existirem mecanismos oficiais com indicadores sociais locais que determinem esses avanços.



## REFERÊNCIAS

ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004, p.127.

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: Desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998, p. 104.

ANDRADE, M. C. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1998, p. 326.

ARAÚJO, J. C. **Algumas observações sobre a legislação de sementes e mudas**. In: LONDRES, Flávia. A nova legislação de sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a agricultura familiar. Grupos de trabalho sobre biodiversidade/Articulação Nacional de Agroecologia. 2006, p. 07-13.

ASHLEY, P. A. **Ética e Responsabilidade social nos negócios**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 340.

ASHLEY, P. A.; COUTINHO, Renata B G; TOMEI, Patrícia A. **Responsabilidade Social Corporativa e Cidadania Empresarial**: uma análise comparativa. ENANPAD 2000, Área Organizações, Setembro 2000, p. 1-4.

BACHA, C. J. C. O uso sustentável de florestas: o caso Klabin. In: LOPES, Inez V. et. al. Gestão ambiental no Brasil: experiências e sucesso. **Revista de Geografia Agrária**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 95-123, ago. 2008. n 6.

BAIARDI, A.; RIBEIRO, M. C. M. **A cooperação internacional norte-sul na ciência e na tecnologia: gênese e evolução**. Caderno CRH, v. 24, n. 63, Dec. 2011. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/cint/v36n2/0102-8529-cint-36-02-0585.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n2/0102-8529-cint-36-02-0585.pdf)> Acesso em: 22 jul. 2014.

BAUMANN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 136.

BECKER, B. **Não basta preservar a floresta**. Brasília: IPEA, 2005. P.10-14.

BERTRAND, A. L. **Sociologia Rural**: uma análise da vida rural contemporânea. Porto Alegre: Atlas, 1973, p. 511.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2002. **Panorama Setorial**: Setor Florestal, celulose e Papel. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

BRANDÃO, C. Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Revista de Políticas Públicas, São Luiz, v. 16, p. 209-211, jan/jun. 2012. n. 1.

BRASIL, Conselho Monetário Nacional. **Resolução nº 2191, de 24 de agosto de 1995**: Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE). Crédito Rural. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos>>. Acesso em 13 jun.2014.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. 2006. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 30 out. 2014.

BRASIL, MEC. PORTAL DO FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº. 12.512, de 14 de outubro de 2011**. Disponível em: <[http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20150515083129caderno\\_de\\_legislacoes\\_paa\\_\\_1\\_.pdf](http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20150515083129caderno_de_legislacoes_paa__1_.pdf)>. Acesso em 23 mai. 2014.

CARDOSO, F. H. **Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos.** Revista de Economia Política, v. 15, n 4 (60), 1995.

CARROL, A. B. A Three dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Managemet Review (pre-1986)**; Oct 1979; ABI/INFORM.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) 2013. **Revista de Política Agrícola.** Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.phpa=537&t=2>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

CONSEA 2003. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Fome Zero.** Disponível em: <<http://www.agricultura.pe.gov.br/downloads/cansea/CONSEA.pdf> >. Acesso em: 25 mar. 2015.

CONTAG. **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.** Proposta do movimento sindical de trabalhadores rurais para as leis agrária e agrícola. Brasília (DF): CONTAG, 1989.

CONTAG. **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.** Proposta do movimento sindical de trabalhadores rurais para as leis agrária e agrícola. Brasília (DF): CONTAG, 2011.

COOK, M. L. The future of U.S. agricultural cooperatives: a neo-institutional approach. **American Journal of Agricultural Economics.** v. 77, n. 5, p. 1153-1159, 1995.

COUTO, E. A. et al. Diagnóstico estratégico do Sul da Bahia. In: **Revista eletrônica Cesesb.** Itamaraju, 2006. Disponível em: [http://www.cesesb.edu.br/site/arquivos/pdf/revista\\_eletronica/administracao/3edicao/diagnosticoestrategico](http://www.cesesb.edu.br/site/arquivos/pdf/revista_eletronica/administracao/3edicao/diagnosticoestrategico)>. Acesso em: 15 set. 2014.

DAMASCENO, N. P; KHAN, A. S; LIMA, P. V. P. S. **O Impacto do Pronaf sobre a Sustentabilidade da Agricultura Familiar, Geração de Emprego e Renda no Estado do Ceará.** RESR, Piracicaba, São Paulo: vol. 49, nº 01, p. 129-156, jan/mar 2011.

DELGADO, G. C. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária.** Revista Estudos Avançados. São Paulo, vol. 15, nº 43, 2001.

DELGADO, N. G. **Política agrícola ativa para a agricultura e MERCOSUL:** observações a partir do caso brasileiro. Estudos sociedade e agricultura, v.5, p.103-113, 1995.

ECONOMIA. **Agronegócios.** 2013. Globo Rural. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/02/dap-facilita-acesso-de-agricultores-familiares-ao-credito-rural.html>>. Acesso em: 30 out. 2014.

FÉLIX, L. F. F. **O ciclo virtuoso do desenvolvimento responsável.** Em Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. (Vol.2, pp. 13-42). São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos, 2003.

FIBRIA. **Relatório de sustentabilidade 2011.** 2011. Disponível em:<[www.fibria.com.br/rs2011/pt/](http://www.fibria.com.br/rs2011/pt/)>. Acesso em: 11 jul. 2014.

FIBRIA. **Relatório de sustentabilidade 2012.** 2012. Disponível em:<[www.fibria.com.br/rs2012/pt/](http://www.fibria.com.br/rs2012/pt/)>. Acesso em: 20 jul. 2014.

FIBRIA. **Relatório de sustentabilidade 2013.** 2013. Disponível em:<[www.fibria.com.br/rs2013/pt/](http://www.fibria.com.br/rs2013/pt/)>. Acesso em: 25 jul. 2014.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação,** 2002. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/.../joaocarlosleonelloeclaudiamariadahercosa>>. Acesso em: jul. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p.175.

GOMES, A. N. **Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais**. Viçosa: UFV, fev. 2005a. 99f.: il.

GOMES, I. M. **Manual Como Elaborar uma Pesquisa de Mercado**. SEBRAE/MG, 2005b. Disponível em:  
<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS)>. Acesso em: 03 mar.2014.

GUIMARÃES, J. R. S. **A insustentável leveza da urbanização e do êxodo rural da Bahia**. Revista Bahia Análise & Dados, Salvador, v.12, n.3, p.179-189, dez 2002.

FAO/INCRA/IBGE. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: MDA/INCRA/SADE/FAO. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo agropecuário**. 2006. Disponível em:  
<[www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. SIDRA. **Censos Demográficos**. 2000 - 2010. Disponível em:  
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl>>. Acesso em: 05 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

INSTITUTO ETHOS. **O que é responsabilidade social corporativa**. 2004. Disponível em:

<[www.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o\\_que\\_e\\_rse/o\\_que\\_e\\_rse.aspx](http://www.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx)>. Acesso em: 20 set. 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório do desenvolvimento humano 2013**. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em 28 mai. 2014.

KNUTSON, R. D. **Cooperatives and the competitive ideal**. *Journal of Farm Economics*. v. 48, n. 3, p. 111-121, 1966.

MONAGHAN, P.; SABATER, C.; WEISER, J. **Business and economic development: the impact of corporate responsibility standards and practices**. Disponível em: <[www.accaglobal.com/pdfs/environment/newsletter/060303\\_bus\\_ed.pdf](http://www.accaglobal.com/pdfs/environment/newsletter/060303_bus_ed.pdf). 2003>. Acesso em: 25 nov. 2014.

MOREIRA, A.; BORGES, A. L.; ARRUDA, M. R.; PEREIRA, J. C. R. **Nutrição e adubação dos bananais cultivados na região Amazônica**. In: GASPAROTTO, L.; PEREIRA, J. C. R. **A cultura da bananeira na região Norte do Brasil**. Manaus: Embrapa Amazônica Ocidental. 2010. p. 97-132.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). 2011. **Número dos cooperativados cresce**. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/numero-cooperativados-cresce-brasil-2011-diz-ocb-40206>>. Acesso em: 15 jun.2014

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura brasileira: transformações recentes**. In ROSS, J.L.S. (Org). **Geografia do Brasil**. 3.ed. São Paulo: USP, 2000. p. 465-534.

PEDREIRA, M. S. **Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural**: o caso da Região Extremo Sul baiano. Bahia análise e dados. Salvador, v.13, n.4, p.1005-1018, mar 2004.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2011. 289f.: il.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000, p. 55-85.

SANT'ANA, D. N. **Impacto da responsabilidade social e ambiental da empresa Suzano papel e celulose no extremo sul da Bahia** – São Mateus, mar. 2015. 99f.: il.

SANTOS, F. P. **Coalizões de interesses e a configuração política da agricultura familiar no Brasil**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV-SP). São Paulo (SP), 2011. 181f.: il.

SCHMITT, Claudia Job. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar**: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. Revista de Política Agrícola, n. 2, abr-jun. 2005, p. 78 -88.

SCHNEIDER, S; MATTEI, L; CAZELLA, A. A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In. SCHNEIDER, S; SILVA, M. K; MARQUES, P. E. M. (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHULZE, E. **Estrutura do poder em cooperativas**. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v.22, n.59, p.49-76, jun./dez. 1987. (Série Cooperativismo, 22).

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 12-32.

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Org.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas locais: ensinamentos a partir de casos.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007, p. 215-220.

VEIGA, J. E. **O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos Avançados, 43, p. 101-119, 2001.

WILSON, W. E. **Co-operation - Some Thoughts for the Future - a Personal View.** Journal of Royal Agricultural Society of England. v. 160, p. 99 - 105, 1999.



## ANEXOS

ANEXO A – Evolução espacial dos arranjos produtivos e a restauração ambiental após a implantação do PDRT na comunidade de Ribeirão - Alcobaça / BA.



Figura 1 – Acesso a Ribeirão em 2008  
Fonte: Google earth



Figura 2 – Acesso a Ribeirão em 2009  
Fonte: Google Earth

Evolução espacial dos arranjos produtivos e a restauração ambiental após a implantação do PDRT na comunidade de Ribeirão - Alcobaça / BA.

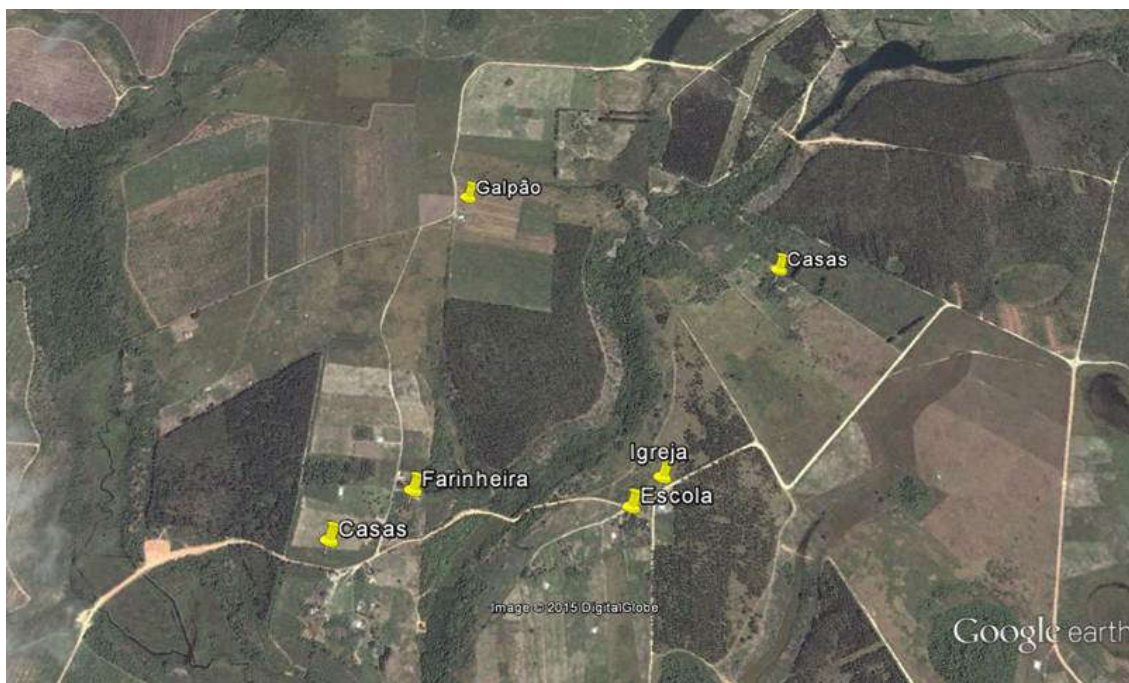


Figura 3 – Acesso a Ribeirão em 2013  
Fonte: Google earth

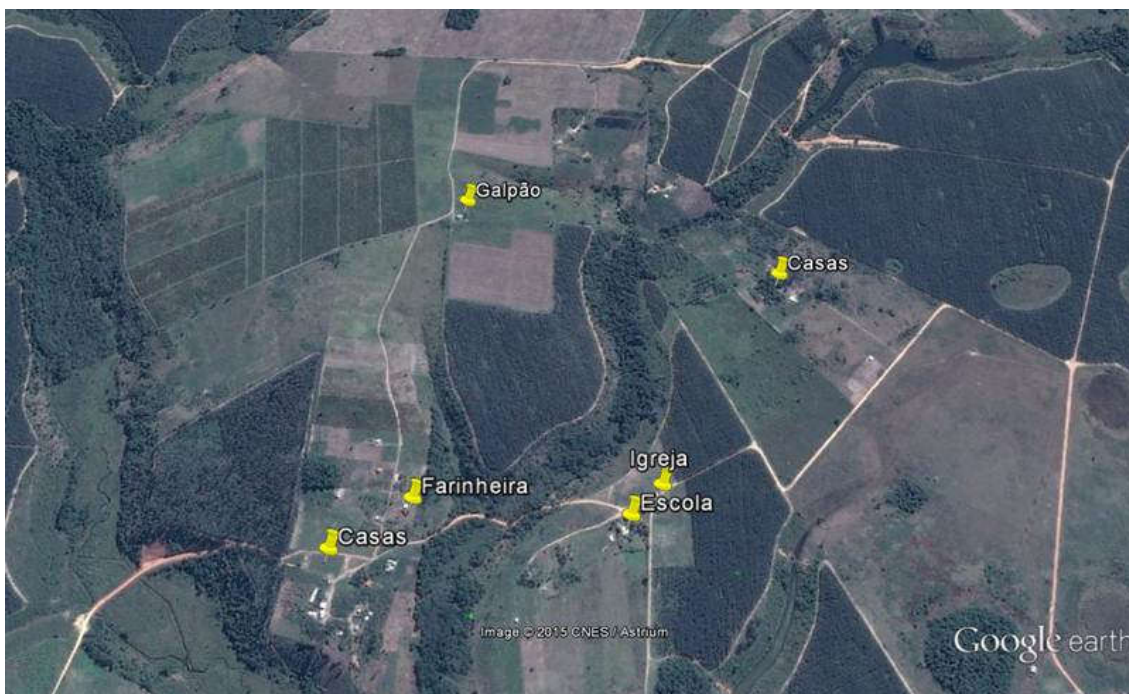


Figura 4 – Acesso a Ribeirão em 2014  
Fonte: Google earth

## ANEXO B – Linha da vida (PDRT)

## LINHA DA VIDA - PDRT

FOCO	Prever acesso a cidadania		Organização e fortalecer a Associação: gestão, produção e comercialização				Consolidar o processo de formação de pessoas			
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano	
FIBRIA	1	Acesso a insumos 100%	1	Acesso a insumos 100%	1	Acesso a Insumos 70%	1	Acesso a Insumos 40%	1	Acesso a Assistência Técnica 100%
	2	Acesso a insumos 100%	2	Acesso a hora máquina 100%	2	Acesso a hora máquina 70%	2	Acesso a hora máquina 40%	2	Apoio a Rede de Formação de Pessoas 100%
	3	Material para reforma e implantação de cercas 100%	3	Galpões de roça - até 60m² 100%	3	Acesso a Assistência Técnica 100%	3	Acesso a Assistência Técnica 100%		
	4	Acesso a Assistência Técnica 100%	4	Modelo de irrigação até 2 h 100%	4	Análise de solo 50%				
	5	Fornecimento de EPIs 100%	5	Acesso a Assistência Técnica 100%	5	Projetos para infraestrutura 100%				
	6	Análise de solo 100%	6	Análise de solo 100%						
	7	Pagar Contador 100%	7	Acessar EPI 50%						

Continua...

## Continuação – Anexo B

## LINHA DA VIDA - PDRT

FOCO	Prever acesso a cidadania	Organização e fortalecer a Associação: gestão, produção e comercialização	Consolidar o processo de formação de pessoas		
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano
<b>CONTRA-PARTIDA</b>	1 Organizar documentos dos associados	1 Criar e alimentar o Fundo de Reserva	1 Implantar os sistemas de financiamento	1 Implantar processo de planejamento estratégico	1 Participar dos grupos de formação de pessoas
	2 Organizar documentos da Associação	2 Todos os associados que estiverem inscritos no PDRT devem estar em dia com suas obrigações para com a Associação	2 Diversificar os canais de venda	2 Participar dos grupos de formação de pessoas	2 Acesso a Insumos 100%
	3 Elaborar o regimento interno	3 Participar do PNAE	3 Acessar EPIs	3 Acesso a Insumos 60%	3 Acesso a hora máquina 100%
	4 Adequar o Estatuto	4 Implantar controles de produção e produtividade	4 Participar de editais de Políticas Públicas socioambientais e econômicas	4 Acesso a hora máquina 60%	
	5 Contribuir com o Banco de Sementes	5 Implantar prestação de contas da movimentação do Fundo de Reserva para associados e Fibria	5 Contribuir com o Banco de Sementes	5 Análise de solo 100%	
		6 Manter os cadastros dos associados atualizado	6 Participar dos grupos de compra e venda conjunta		
		7 Manter as obrigações fiscais e contábeis da Associação em dia 100%	7 Acesso a Insumos		
		8 Reposição de EPIs 50%	8 Acesso a hora máquina		
		9 Pagar Contador 100%	9 Análise de solo		

## ANEXO C - Demandas prioritárias das associações

## Demandas prioritárias solicitadas pelas associações ano 2012 e 2014

<b>Demandas</b>	<b>Ano 2012</b>	<b>Ano 2014</b>
Comunicação	Acesso a internet, celular e computador doméstico.	Estabelecer parcerias, acesso a tecnologias, apoio do município, acesso a políticas públicas, acesso a recursos financeiros e/ou materiais.
Demandas na produção agrícola /Fortalecimento da produção	Trator, construção de roda d'água, sistema de irrigação.	Acesso a terra e a água para irrigação da lavoura.
Geração de renda e emprego	Assistência técnica na produção, acesso na linha de crédito, renovação do contrato de comodato com a Fibria e acesso a emprego.	Melhorar o processo de comercialização dos produtos.
Gestão de pessoas	Organização da comunidade – união dos associados.	Trabalhar a união do grupo - aumento da participação dos associados, fortalecer o fundo de reserva da associação, implantação de plantio coletivo, implantação do regimento Interno.
Infraestrutura	Calçamento de ruas, iluminação pública, estradas melhores, agência bancária, planejamento urbano.	Melhorias no transporte.
Saúde	Água potável, construção de caixa d'água, coleta de lixo, melhorias nos postos de saúde, agente de saúde, ambulância, melhorar acesso a medicamentos e médicos.	Acesso à água tratada e posto de saúde.

## ANEXO D – Questionário do Nível de Maturidade



**Comunidade:**

---

**Data:**

---

Maturidade das Associações	Respostas
<b>Governança</b>	
<b>Total de pontos Governança</b>	
1. A Associação conta com um Conselho Executivo ou Administrativo atuante?	_____
2. As funções e responsabilidades do Conselho e Diretoria estão claramente definidas Estatuto da Associação?	_____
3. Cada Conselheiro tem uma cópia do estatuto e do Regimento Interno?	_____
4. Os conselheiros recebem periodicamente capacitação e informação sobre suas responsabilidades?	_____
5. O Conselho conta com um calendário anual de reuniões?	_____
6. Para as reuniões do Conselho se organiza uma pauta?	_____
7. Esta pauta é apresentada com antecedência aos Conselheiros?	_____
8. Os Conselheiros recebem informações relevantes para apoiar as tomadas de decisão?	_____
9. São elaboradas atas nas reuniões do Conselho?	_____
10. A Diretoria tem procedimentos de prestação de contas mensal e consulta aos associados?	_____
<b>11. Assinale quais destas funções e responsabilidades foram atribuídas ao Conselho da sua Associação (consulte o Estatuto):</b>	
11.1. Planejar as atividades da Associação	_____
11.2. Definir políticas	_____
11.3. Supervisionar a administração	_____

## 11.4. Captar recursos

**Planejamento estratégico****Total de pontos Planejamento Estratégico**

1. A Associação tem elaborado sua missão, visão e valores de forma clara e relacionados ao seu objeto social? \_\_\_\_\_
2. A Associação conhece bem seus pontos fortes e pontos de atenção internas? \_\_\_\_\_
3. A Associação sabe identificar as fortalezas e ameaças (situações e tendências do ambiente externo) que podem afetar seus trabalhos? \_\_\_\_\_
4. A Associação conhece os diferentes atores que estão relacionados às suas metas e objetivos? (análise das parcerias - Diagrama de Venn) \_\_\_\_\_
5. A Associação elabora um planejamento estratégico de longo prazo (para pelo menos três anos)? \_\_\_\_\_
6. A Associação trabalha seu planejamento a partir de análises de cenário interno e externo do contexto econômico, político, social, ambiental e cultural? \_\_\_\_\_
7. A Associação elabora um programa anual de atividades? (Plano de Ação Anual) \_\_\_\_\_
8. Os planos de trabalho da Associação apresentam a definição do orçamento anual e suas fontes de financiamento? \_\_\_\_\_
9. A Associação sabe distinguir entre o urgente e o importante, para estabelecer suas prioridades? \_\_\_\_\_

**Sistema de Gestão de Pessoas****Total de pontos de Gestão de Pessoas**

1. A Associação tem procedimentos de registro de Associados? \_\_\_\_\_
2. A Associação tem um organograma que estabelece as relações e hierarquia entre seus integrantes? \_\_\_\_\_
3. A Associação tem um registro dos procedimentos dos grupos de trabalho? \_\_\_\_\_
4. O regimento interno foi elaborado com a participação de seus associados? \_\_\_\_\_
5. Os integrantes da Associação contam com as condições necessárias para realizar seu trabalho? \_\_\_\_\_
6. Os integrantes da Associação tem clareza de onde a Associação quer chegar no futuro? \_\_\_\_\_
7. A Associação tem um programa de capacitação continua para desenvolver seus associados? \_\_\_\_\_
8. A Associação tem elaborados e implantados procedimentos para registro de utilização de equipamentos, veículos, máquinas e infraestrutura? \_\_\_\_\_
9. É possível perceber na organização um ambiente de respeito mutuo, colaboração e solidariedade entre seus integrantes? \_\_\_\_\_
10. A Associação costuma trabalhar com rodizio de responsabilidades e funções para dar oportunidade de renovação e aprendizado a seus integrantes? \_\_\_\_\_

11. Existe abertura para reconhecer a existência de conflitos e de contradições entre os integrantes da Associação, que são tratados em reunião e resolvidos de maneira satisfatória?

---

12. Associação controla uso de EPIs dos associados?

---

13. A Associação tem procedimentos de trabalho elaborado e instrumentos de controle definidos? (implantação do controle de recebimento e uso de insumos e produtos dos associados)

---

### Comunicação

#### Total de pontos

1. Existem procedimentos elaborados e implantados que possibilitam que a informação circule adequadamente entre os membros da Associação?

---

2. A Associação tem canais de comunicação com suas partes interessadas implantados?

---

3. a Associação mantém seus parceiros financiadores informados sobre a gestão dos recursos recebidos e os benefícios gerados por eles?

---

4. A Associação sistematiza suas experiências para manter seus integrantes informados, assim como seus parceiros financiadores e demais interessados?

---

5. A Associação estabelece suas estratégias de comunicação tomando como base as expectativas e reciprocidade de seus diferentes públicos?

---

6. A Associação facilita a terceiros a comunicação e contatos com outras organizações e redes?

---

7. Número de parcerias estabelecidas

---

### Gestão Financeira

#### Total de Pontos

1. A Associação tem procedimentos de controle de recebimentos de mensalidades dos associados implantados?

---

2. A Associação tem procedimentos de controle de movimentação bancária implantados?

---

3. A Associação tem procedimento de gestão de compras implantado?

---

4. A Associação tem procedimentos de gestão de recebimento de vendas a clientes implantados?

---

5. A Associação tem procedimentos de gestão de estoques implantados?

---

6. A Associação tem procedimentos de controle sobre percentual de participação de vendas implantado? (percentual sobre venda de produtos realizados pela associação, conforme definido no Regimento Interno)

---

7. A Associação tem procedimentos de controle patrimonial?

---

### Nível de adequação ao marco legal vigente

Total de pontos = em implantação

Total de pontos = em consolidação

Total de pontos = consolidado



1. O grupo se reuniu para elaborar o Estatuto da Associação?	_____
2. O grupo contou com o apoio de um advogado para elaborar o Estatuto?	_____
3. A Assembleia de aprovação do estatuto foi realizada?	_____
4. A Ata da Assembleia foi elaborada?	_____
5. A Ata da Assembleia de constituição e o Estatuto foram registrados no cartório?	_____
6. A Associação tem um CNPJ?	_____
7. O grupo se reuniu para elaborar o Regimento Interno da Associação?	_____
8. O grupo contou com o apoio de uma Assistência Técnica para elaborar o Regimento Interno?	_____
9. A Assembleia de aprovação do Regimento Interno foi realizada?	_____
10. O Regimento Interno foi registrado em cartório?	_____
11. A Associação iniciou a constituição do Fundo de Reserva? (recebimento da mensalidade)	_____
12. A Associação possui Inscrição Estadual?	_____
13. A Associação tem DAP Jurídica?	_____
14. A Associação possui conta bancária para depositar seu Fundo de Reserva?	_____
15. Manter obrigações fiscais e contábeis em dia (ter CNDs federais, estaduais e municipais negativadas)	_____
16. Manter obrigações estatutárias em dia (assembleia de renovação de diretoria realizada com ata registrada em cartório)	_____
17. Manter DAP Jurídica válida	_____
Informar o número CNPJ	_____
Informar o número da Inscrição Estadual?	_____
Informar o número da DAP Jurídica?	_____
Banco:	_____
Conta Bancária	_____
Saldo	_____

---

Presidente

---

Vice-presidente

---

Tesoureiro

---

Secretário

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Questionário Sócio/Econômico

#### QUESTIONÁRIO – SÓCIO/ECONÔMICO

**COMUNIDADE:**

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**ASSOCIAÇÃO:**

**Dados Pessoais:**

Nome completo:

Sexo: ( ) M ( ) F

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Estado civil: ( ) solteiro ( ) casado ( ) viúvo ( ) divorciado ( ) outros

Número de filhos:

Número de pessoas que moram na casa:

**Escolaridade:**

( ) Fundamental Completo

( ) Médio Incompleto

( ) Fundamental Incompleto

( ) Médio Completo

( ) Superior Completo

( ) Superior Incompleto

( ) Não Estudou

**Dados Profissionais e de renda**

Profissão:

Carteira assinada: ( ) não ( ) sim:

Qual empresa?

Desde quando: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Dados de renda e da família:**

**Qual é a renda total da família?**

( ) até 1 salário mínimo

( ) Acima de 6 salários mínimos

( ) de 2 a 4 salários mínimos

( ) de 4 a 6 salários mínimos

**Principais fontes de renda da família (numerar por ordem de importância de 1 a 6, considere que 1 reflete o nível mais baixo e 6 o mais alto).**

( ) Aposentadoria

( ) Trabalho assalariado

( ) Cesta básica

( ) Agricultura/pecuária e afins

( ) Bolsa Família

( ) Outros. **Quais:**

## APÊNDICE B – Questionário de Avaliação Qualitativa

**QUESTIONÁRIO – AVALIAÇÃO QUALITATIVA****COMUNIDADE:****Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**ASSOCIAÇÃO:**

Sexo: ( ) M ( ) F

Idade: \_\_\_\_\_

**Questões**

1. Você ocupa ou já ocupou um cargo na diretoria ou foi presidente da Associação?  
Se for sim. Qual o período? Qual cargo ocupou?
2. Ser associado proporciona algum benefício no desenvolvimento da sua produção? Por quê?
3. Quais são as principais dificuldades da associação?
4. Quais são as principais conquistas da sua associação?
5. Você teria alguma sugestão de melhoria para a sua associação?
6. Você já ouviu falar do PDRT? Se sim, poderia comentar?